



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

A Representação Mediática da Perturbação do Espectro do Autismo - Análise de Conteúdo em Títulos de Imprensa Nacional

Isabela Magro Frazão

Trabalho realizado sob a orientação de

Orientadora: Professora Maria João Santos

Coorientadora: Professora Catarina Menezes

Leiria, 30 de março de 2022

Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos à empresa CISION, pela colaboração, ao selecionar e disponibilizar os recortes de imprensa pretendidos. Sem os mesmos não era possível realizar este estudo.

À Professora Doutora Maria João Santos e à Professora Doutora Catarina Menezes, pela orientação, dedicação que tiveram durante todo o processo.

Quero deixar um especial agradecimento ao meu namorado e à minha família por terem estado sempre ao meu lado quando sentia que a dificuldade aumentava e acresciam as dúvidas em relação à conclusão da presente investigação. Incentivaram-me do primeiro ao último dia a continuar, a não desistir.

À Diretora Técnica da IPSS, Dr.^a Joana de Sousa, onde estou como educadora social, por me ter ajudado a manter a calma, a ver as coisas com clareza e me ter ajudado e apoiado incondicionalmente durante todo o processo.

Por fim, mas não menos importante, quero deixar um especial agradecimento à colega de mestrado e amiga, Inês Bulhões, por todo o apoio ao longo destes dois anos.

RESUMO

Os *media* em geral, e o discurso jornalístico em particular, veiculam discursos sobre múltiplas realidades, com influência sobre as representações sociais construídas sobre os temas. Nesse sentido, e considerando também a crescente representatividade de uma das perturbações do neurodesenvolvimento – a Perturbação do Espectro do Autismo - importa compreender que discursos jornalísticos circulam sobre o tópico.

É objetivo deste trabalho analisar a forma como tem sido desenvolvida a cobertura jornalística sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, em Portugal. Qual a atenção dada ao tema, como é abordado, quem tem voz quando o tema é jornalisticamente trabalhado e que representações são contruídas, são algumas das questões colocadas. Pretende-se averiguar como esta perturbação do neurodesenvolvimento é abordada, se o discurso é ou não promotor de estigma e se promove conhecimento ao leitor sobre o que é a Perturbação do Espectro do Autismo.

A metodologia utilizada assenta numa análise de conteúdo dos artigos publicados durante o ano civil de 2019 e o primeiro semestre de 2020. Para a definição da amostra – 53 artigos – foi usada a pesquisa por palavras-chave relacionadas com a Perturbação do Espectro do Autismo em dois jornais portugueses, *Jornal Público* e *Jornal Expresso*.

Dos resultados, destacamos a falta de investimento no tema e o facto de a Perturbação do Espectro do Autismo surgir representada de forma muito generalista. Ou seja, na grande maioria dos artigos há uma redução da condição a uma imagem simplificada da perturbação. A maioria das peças não faz referência à classificação do autismo como sendo um espectro de perturbações, de gravidade e perfil variáveis, a caracterizar caso a caso, de individuo para individuo. A leitura do conteúdo das peças dos dois jornais, enquanto agentes ativos na composição da imagem do sujeito com Perturbação do Espectro do Autismo, revela que a informação transmitida ao leitor não apresenta um discurso anti estigma, a promoção da inclusão e da heterogeneidade das características das pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo.

Palavras-chave: [*Asperger; Autismo; Imprensa; PEA; Perturbação do Espectro do Autismo; Representações Sociais*]

ABSTRACT

The media in general, and the journalistic discourse in particular, convey discourses about multiple realities, with influence on the social representations built about the themes. In this sense, and also considering the growing representativeness of one of the neurodevelopmental disorders - the Autism Spectrum Disorder - it is important to understand which journalistic discourses circulate on the topic.

The aim of this paper is to analyze how news coverage on Autism Spectrum Disorder has been developed in Portugal. What is the attention given to the topic, how it is approached, who has voice when the topic is journalistically worked on and what representations are constructed, are some of the questions asked. We intend to find out how this neurodevelopmental disorder is approached, if the discourse promotes stigma or not, and if it promotes knowledge to the reader about what Autism Spectrum Disorder is.

The methodology used is based on a content analysis of articles published during the calendar year 2019 and the first half of 2020. To define the sample - 53 articles - a search for keywords related to Autism Spectrum Disorder in two Portuguese newspapers, *Jornal Público* and *Jornal Expresso*, was used.

From the results, we highlight the lack of investment in the topic and the fact that Autism Spectrum Disorder is represented in a very general way. That is, in most of the articles there is a reduction of the condition to a simplified image of the disorder. Most of the pieces do not make reference to the classification of autism as a spectrum of disorders, of variable severity and profile, to be characterized on a case-by-case basis, from individual to individual. Reading the content of the two newspapers' pieces, as active agents in the composition of the image of the subject with Autism Spectrum Disorder, reveals that the information transmitted to the reader does not present an anti-

stigma discourse, the promotion of inclusion and the heterogeneity of the characteristics of people with Autism Spectrum Disorders

Keywords: [*Asperger; Autism; Press Social; ASD; Autism Spectrum Disorder, Representations*]

CONTEÚDO

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Índice de Tabelas	x
Abreviaturas	xi
Introdução	1
Capítulo 1 - Perturbação do Espectro do Autismo.....	1
1.1 Perturbação do espectro do autismo: História	1
1.2 Perturbação do espectro do autismo em Portugal.....	8
1.3 Definição do conceito e características	10
1.4 Especificadores de gravidade	13
1.5 Comorbilidades.....	18
1.6 Teorias explicativas da etiologia das perturbações do espectro do autismo .	21
Teorias Cognitivas	22
Teorias Psicodinâmicas	23
1.7 Mitos sobre o autismo.....	24
1.8 Representações sociais e espectro do autismo	27
1.8.1 Representações sociais.....	28
1.8.2 Representações sociais face à perturbação do espectro do autismo	30
Capítulo 2 - Media e Representações Sociais	34
2.1 Importância das notícias: a influência nas perceções do público.....	34
2.2 Comunicação social e saúde.....	35
2.3 Jornalismo de saúde: constrangimentos e desafios	36
2.4 A importância dos media na promoção da literacia em saúde mental	38
2.5 Os media e o estigma da doença mental	40
Capítulo 3 - A Perturbação do Espectro do Autismo na Imprensa Portuguesa:	
Metodologia.....	43

3.1	Objetivos e questões de investigação	44
3.2	Metodologia	46
3.3	Construção do <i>corpus</i>	48
3.4	Procedimentos	50
Capítulo 4 - A Perturbação do Espectro do Autismo na Imprensa Portuguesa:		
	Análise e Discussão de Resultados	55
4.1	Distribuição temporal	55
4.2	Temática	59
4.3	Rúbricas	64
4.4	Género jornalístico	65
4.5	Autoria	67
4.6	Protagonistas	68
4.7	Fontes	69
	Conclusões	73
	Bibliografia	78
	Anexos	83
	Anexo 1 – Lista de peças do Jornal Publico	1
	Anexo 2- Lista de peças do Jornal Expresso	2

Índice de Gráficos

Gráfico 1-Distribuição Temporal dos Artigos.	56
Gráfico 2- Rúbricas em que surge a PEA.	64
Gráfico 3- Indicadores de Autoria dos artigos.....	67
Gráfico 4-Fontes dos artigos.....	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Total de artigos analisados.	49
Tabela 2-Temática.	60
Tabela 3- Géneros Jornalísticos.	65

ABREVIATURAS

PEA - Perturbação do Espectro do Autismo

PID - Perturbação Invasiva do Desenvolvimento

PP - Perturbação de Personalidade

SA - Síndrome de Asperger

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

ASA - Sociedade Americana de Autismo

NEE - Necessidades Educativas Específicas

CARS - Childhood Autism Rating Scale

PBE - Práticas baseadas em evidências

AAP - Associação Americana de Psiquiatria/American Psychiatric Association

CID - Classificação Internacional das Doenças

OMS - Organização Mundial de Saúde

INTRODUÇÃO

Esta investigação foi elaborada no âmbito do Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo-Motor, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, e tem como principal objetivo analisar a forma como a imprensa portuguesa aborda o tema do autismo. Este estudo analisa a cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo na imprensa portuguesa no ano de 2019 e nos primeiros seis meses do ano de 2020. A metodologia utilizada para olhar a problemática assenta numa análise de conteúdo com recurso a técnicas quantitativas e qualitativas, que permitiu a interpretação e o tratamento de dados. Foram analisados 53 artigos de duas publicações, o *Jornal Público* e o *Jornal Expresso*, nas suas edições impressas e digitais.

Para atingir o objetivo acima descrito, analisar como a imprensa portuguesa aborda o tema do autismo, foram definidas duas questões principais: “Que padrões podemos identificar na cobertura jornalística sobre a PEA?” Como é representada a Perturbação do Espectro do Autismo nas peças noticiosas dos dois jornais portugueses?”.

A pertinência do tema do presente estudo surge no argumento de cada vez mais se ter vindo a evidenciar o papel dos meios de comunicação na construção e disseminação de representações sociais. Jodelet (2001) afirma que as representações sociais são criadas pela necessidade do indivíduo saber como se ajustar, se comportar, e também de identificar e resolver os problemas que se apresentam. Ou seja, existe uma contínua necessidade do indivíduo estar informado sobre o que o rodeia.

A mesma autora refere que a comunicação social, através dos aspetos interindividuais, institucionais e mediáticos, incide na emergência e determinação das representações, assim como no pensamento e na construção social da realidade. Neste âmbito, destaca três aspetos que sublinham a importância da comunicação para a constituição de representações sociais. Em primeiro lugar, defende que a comunicação é o vetor de transmissão da linguagem, que ao mesmo tempo é portadora de representações. Em segundo lugar, a autora refere que a comunicação repercute sobre processos estruturais e formais de pensamento social, uma vez que emprega processos de interação social, assim como de influência, consenso/controvérsia e polémica. E como terceiro

aspecto, a autora especifica que a comunicação social contribui para a produção de representações que apoiadas na energética social, são pertinentes para a vida dos grupos sociais (Jodelet, 2001).

Ou seja, os meios de comunicação social não são meros informadores, mas sim formadores de opiniões. É perceptível que os mesmos representam uma grande influência sobre a sociedade, pois encarregam-se de difundir as representações do mundo social. Neste sentido, é pertinente entender como é transmitida a informação sobre a Perturbação do Espectro do Autismo e como é projetada a sua imagem social em Portugal. Considera-se que na ocorrência dos meios de comunicação moldarem as representações sociais dos indivíduos em relação à perturbação, existirá um impacto nas atitudes e nos comportamentos da sociedade em relação as pessoas autistas. De certa forma, espera-se que através dos meios de comunicação seja realizada uma divulgação correta das características da Perturbação do Espectro do Autismo, de forma que a sociedade assuma uma postura de disponibilidade interna em relação ao conhecimento e às habilidades para lidar com as características diferenciadoras da pessoa autista, e também minimizar ao máximo as interferências negativas das representações nas atitudes e comportamentos dos mesmos.

Ao longo da presente dissertação a caracterização da Perturbação do Espectro do Autismo e comorbidades associadas obedece aos critérios do Manual de Diagnóstico e estatística das Perturbações Mentais - DSM 5, 2014. A Perturbação do Espectro do Autismo é considerada uma patologia do neurodesenvolvimento caracterizada por défices persistentes na comunicação e na interação social que se expressam através de dificuldades na reciprocidade socio-emocional, no uso de comportamentos comunicacionais não verbais, tais como os gestos, o olhar e a linguagem corporal, e também na interação com a comunicação verbal para regular a interação social. Ao nível da comunicação, estão também associadas restrições marcadas na competência para compreender, iniciar e manter relações sociais. Esta é uma perturbação associada a padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por movimentos motores, uso de objetos ou fala repetitivos ou estereotipados, adesão inflexível a rotinas, rituais ou comportamentos não verbais padronizados, interesses altamente restritos e fixos, que são anormais na intensidade ou no foco, e hiper ou

hiporreatividade a estímulos sensoriais, bem como interesses incomuns a aspetos sensoriais do ambiente (APA, 2014, p.61-63).

O diagnóstico da Perturbação do Espectro do Autismo aumentou consideravelmente nos últimos anos, o que se traduziu numa maior prevalência do tema nos meios de comunicação social. No entanto, a referência ao tema nem sempre surge da forma mais esclarecedora. Torna-se, portanto, significativo analisar como os meios de comunicação projetam aos seus leitores a PEA, já que a partir dessa projeção, o leitor dos jornais, através dos discursos retratados, vai construindo subjetividades, consome informações que servem de base à construção de conhecimento, originando visões que podem ser tipificadas.

Assim, procuraremos compreender que atenção os meios de comunicação dão ao tema, com que regularidade o abordam e como. É também analisado quem é dada voz quando se fala de Perturbação de Espectro do Autismo e quais as perspetivas mais exploradas. Procuraremos identificar padrões desta cobertura mediática, bem como a forma como a perturbação surge representada.

Como referido, para entender melhor a representação mediática da Perturbação do Espectro do Autismo, foi realizada uma análise de conteúdo sobre o enquadramento do tema nos dois jornais portugueses referidos. Procurou-se explorar simultaneamente um olhar quantitativo e qualitativo. Assim, procedeu-se à análise por variáveis de conteúdo (temática, fontes e protagonistas) e também à análise de variáveis de forma (género jornalístico, distribuição temporal e autoria), sem descuidar uma observação qualitativa, capaz de observar as representações construídas nos textos em análise.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. A primeira parte é constituída pelo enquadramento teórico, composto por dois capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma revisão da literatura sobre a Perturbação do Espectro do Autismo. No segundo capítulo, é realizada a revisão da literatura sobre a relevância dos media na construção de representações sociais. No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia do estudo, identificando-se a pergunta de partida e objetivos, sendo também apresentados e justificados os métodos utilizados para recolher e analisar os dados. No quarto capítulo do presente trabalho são apresentados, analisados e discutidos os resultados da investigação.

CAPÍTULO 1 - PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO

1.1 PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO: HISTÓRIA

Patrice Gillet (2014) afirma que o termo autista vem do grego “*autos*”, que significa “*si mesmo*”, é proposto no início do século XX, em 1911, por Eugene Bleuler, para nomear um sintoma da esquizofrenia. Em 1943, o pedopsiquiatra Léo Kanner, descreve o autismo como sendo um distúrbio do contacto afetivo. Esta descrição partiu de um estudo realizado pelo mesmo, onde observou o comportamento de onze casos clínicos, entre eles oito rapazes e três raparigas. Deste estudo, destacou um conjunto de comportamentos aparentemente característicos desta síndrome, a que se chamou “autismo infantil precoce”. No mesmo ano, Hans Asperger, redige a sua tese sobre “psicopatia autista”, onde realiza um estudo que envolve quatro crianças, e as descreve como indivíduos com um QI¹ médio ou acima da média, mas que não se “encaixavam socialmente”.

No seu artigo “*Autistic Disturbances of Affective Contact*”², Kanner (1943, como citado em Roriz, 2016) descreve como principais características da síndrome, que designou de “autismo infantil precoce”, a inaptidão para fomentar relações pessoais, a sensibilidade a estímulos exteriores, existência de dificuldades a nível da linguagem, capacidade de interação muito reduzida, dificuldade em conservar o contacto visual e em comunicar, por conseguinte, dificuldade para socializar e partilhar. Este autor registou também que os indivíduos do estudo tinham um particular gosto por jogos repetitivos e estereotipados, embora muitas vezes os utilizem de forma incorreta ou com uma outra finalidade. Descreve ainda que na maioria dos casos, as crianças envolvidas no estudo apresentavam uma predileção por objetos que manuseavam de forma repetitiva,

¹ QI-Quociente de Inteligência, medida média da inteligência traduzida num valor numérico que é o resultado da divisão da idade mental, determinada por meio de testes, pela idade real ou cronológica. Infopédia, Porto Editora.

² Tradução: Distúrbios autísticos de contato afetivo

preferindo por exemplo os giratórios e frequentemente demonstravam obsessão por sequências temporais, nomeadamente as rotinas (Roriz, 2016).

No desenvolvimento do seu estudo, Kanner (1943) faz também uma distinção relevante entre esquizofrenia e o “distúrbio autístico do contato afetivo”. Afirma que neste último, a criança demonstra extremo isolamento desde o início da vida, não respondendo a estímulos do mundo exterior, estas crianças manifestam uma excelente capacidade em estabelecer e manter uma relação com objetos que não interferem no seu isolamento, mas têm grande dificuldade em ter contacto afetivo com as pessoas. Uma outra diferença assenta na resolução de problemas, enquanto as crianças com esquizofrenia se separam de um mundo com o qual já tiveram contacto e do qual se afastaram, as crianças com distúrbios autísticos são cautelosas num mundo que lhes é estranho desde o início da vida. Além destas características, Kanner (1943) observou que as crianças com esquizofrenia, entre os 5 e os 6 anos, abandonam gradualmente a ecolalia³, aprendem espontaneamente a usar pronomes pessoais, aceitam a alimentação sem dificuldade e toleram melhor sons e movimentos (Kanner, 1943, como citado em Roriz, 2016).

Em 1944, o pediatra Hans Asperger escreveu um artigo intitulado de “*A psicopatia Autística na Infância*”, onde descreve a chamada “*Psicopatia autística*”, que admite conter um caráter heterogéneo. O autor observou um grupo de crianças que manifestavam capacidade de falar fluentemente, mas não conseguiam compreender a importância e uso da conversação social. Nas suas conclusões afirma que parece no fundo existir uma «desarmonia» dos sentimentos. Asperger (1944, como citado em Gillet, 2014) acrescenta que os sujeitos do estudo eram guiados pelos próprios interesses e pelos próprios impulsos, sem se preocuparem com a existência dos outros à sua volta ou com as “leis do mundo exterior”, uma postura “madura” para a idade, uma voz monótona, sem entoação, baixa e distante ou pelo contrário, forte, gritante e estudada.

Apesar das investigações terem sido elaboradas quase em simultâneo, Kanner e Asperger não descreveram as crianças estudadas exatamente da mesma forma. No fundo, existiam duas grandes diferenças entre os estudos, a primeira refere-se às capacidades

³ Ecolalia: Repetição automática que alguém faz de palavras ou frases ditas por outra pessoa, que pode constituir sintoma de perturbações neurológicas ou do desenvolvimento como, por exemplo, o autismo. Infopédia, Porto Editora.

linguísticas, uma vez que Asperger afirmou que as crianças estudadas falavam fluentemente, pelo facto de terem desenvolvido uma linguagem gramatical durante a infância, embora não fosse utilizada para efeitos de comunicação interpessoal. Pelo contrário. Kanner observou que três dos seus onze pacientes não falavam e que os restantes não usavam a linguagem verbal para comunicar. A segunda distinção refere-se às capacidades de aprendizagem, Kanner acreditava que essas crianças aprendiam mais facilmente através de rotinas e mecanizações, enquanto Asperger mencionava que os seus pacientes aprendiam mais facilmente se produzissem espontaneamente e sugeria que eles eram “pensadores do abstrato”.

Contudo, embora existam pontos em que não concordavam, reconhece-se que Kanner e Asperger tiveram um papel fundamental na descrição sintomatológica original, assim como no reconhecimento do autismo enquanto patologia única, reconhecem que a dificuldade de adaptação social dessas crianças é a característica mais marcante da problemática.

Na conclusão dos resultados dos estudos, ambos os autores caracterizam o autismo na criança como uma semiologia comportamental ilustrada pela procura do isolamento, a ausência de olhares dirigidos aos outros, a amimia ou expressão séria no rosto, a falta de reação à evocação do nome ou ainda a atitude aristocrática altiva ou egocêntrica. Os autores assinalam também uma semiologia de natureza cognitiva ilustrada pela ecolalia, pelas inversões pronominais, uma inteligência científica com dons matemáticos, capacidade para resolver puzzles complexos e um interesse precoce pelas letras do alfabeto. Para além da semiologia comportamental e cognitiva, acrescentam a “sensorial”, caracterizada por fenómenos paradoxais de hiper ou hipossensibilidade aos estímulos auditivos, visuais, táteis e gustativos (Gillet, 2014).

Posteriormente à publicação dos estudos de Leo Kanner e Hans Asperger, um estudo marcante para a história do autismo foi levado a cabo por Lorna Wing e Judith Gould, em 1979 (citado em Gillet, 2014). O estudo clarifica as particulares desta “síndrome” e verificaram que havia pacientes que não se encaixavam estritamente no perfil de crianças autistas descrito por Leo Kanner (1943) e Asperger (1944). Neste estudo Wing e Gould (1979), através da observação direta das crianças, diferenciaram três grupos de crianças: i) o grupo das crianças “autistas distantes”, que tinham preferência em estarem sós, mostravam indiferença aos outros, não tinham interação com outras crianças,

apresentavam pouca linguagem e nenhuma atividade de jogo simbólico; ii) o grupo de crianças “autistas passivas” nas interações sociais aceitavam o contacto interpessoal, respondiam às solicitações e participam em jogos coletivos, a principal característica é a falha de iniciativa para interagir e/ou comunicarem com os outros; iii) e por fim o grupo das crianças “ativas-bizarrias” nas interações sociais iniciavam voluntariamente o contacto pessoal, adotando posturas desajustadas, por vezes teatrais, subentendidas por motivos auto gerados, que poderiam estar distanciados da realidade envolvente (Gillet, 2014, p.29). Esta tríade de incapacidades que foca a linguagem, a comunicação, as competências sociais e a flexibilidade de pensamento ou de imaginação como as principais áreas de incapacidades comuns à criança autista, é, hoje em dia, a base do diagnóstico desta perturbação.

Em 1952, com o objetivo de homogeneizar os critérios quanto à doença mental entre os profissionais de saúde, é criado o primeiro manual de diagnóstico psiquiátrico, conhecido como DSM⁴ (*Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais*). Trata-se de um guia prático que para além de unificar, pretende também facilitar o diagnóstico na saúde mental, pautando-se assim numa avaliação objetiva. Este manual é produzido nos Estados Unidos da América e encontra-se alinhado com a Classificação Internacional de Doenças (CID), produzido pela Organização mundial de saúde (Carvalho, 2019).

Nas primeiras versões do DSM, não existiam referências específicas sobre o diagnóstico do autismo, esta patologia estava referenciada como diagnóstico de esquizofrenia infantil. Após a publicação da CID – Classificação Internacional das Doenças, em 1978, o autismo passou a ser considerado uma condição independente da esquizofrenia, e em 1980 a perturbação autista passou a ser reconhecida como uma entidade clínica distinta das psicoses, sendo posteriormente adicionada no DSM-III (1980).

No DSM-III (1980), é incorporada a categoria de “Autismo Infantil”, tendo sido o primeiro DSM a revelar o autismo como uma classificação psiquiátrica. Esta edição denota um conceito mais abrangente para o autismo, estabelecendo três domínios: o prejuízo qualitativo na interação social recíproca, o prejuízo social na comunicação verbal

⁴ Ao longo da presente dissertação irá ser utilizada a sigla DSM, para fazer referência ao Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais;

e não verbal e nos jogos imaginativos e também o reportório restrito de atividades e interesses (Carvalho, 2019).

Em 1994, a Associação Psiquiátrica Americana (APA), publica a quarta versão do DSM, onde é incluída pela primeira vez a palavra *perturbação*, como tradução de *disorder*, em vez de distúrbio. Em 2000, é elaborada a sua revisão que resulta na divulgação do DSM IV- TR, este último estabelece que o diagnóstico para a perturbação autista deve apresentar seis dos doze critérios estabelecidos, sendo que pelo menos dois fazem referência a dificuldades na área do desenvolvimento social, dois na área da comunicação e no mínimo dois devem incluir atividades e interesses atípicos. Nesta versão, o Autismo surge integrado nas Perturbações Globais do Desenvolvimento, tal como na versão anterior, mas agora diferenciando cinco tipos: Perturbação Autística (*Autistic disorder*), Perturbação de Asperger (*Asperger Disorder*), Perturbação Global do desenvolvimento sem outra especificação, Perturbação Desintegrativa da Segunda Infância e a Perturbação de Rett (*Rett II*), o diagnóstico diferenciado dependia do nível de funcionamento da criança (APA, 2000, p.71-80).

A Perturbação Autística era comumente identificada como o autismo descrito por Leo Kanner, ou como Autismo Infantil, e caracterizava-se pela presença de alterações em três dimensões: O défice qualitativo na interação social, o défice qualitativo na comunicação e os padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2000).

A definição da Perturbação de Asperger caracterizava-se pela presença de apenas dois itens que diziam respeito ao défice na interação social e aos padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Diferenciava-se assim da Perturbação Autística pela ausência de défice linguístico (APA, 2000).

Na Perturbação Global do desenvolvimento sem outra especificação, também denominada por Autismo Atípico, envolve um comprometimento no desenvolvimento da interação social recíproca, associado a dificuldades na comunicação verbal e não verbal e/ou presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, característicos do autismo (APA,2000, p.84).

A descrição da Perturbação Desintegrativa da Segunda Infância e Rett's Disorder - Perturbação de Rett, diferenciam-se das restantes pelo facto de se caracterizarem por um período inicial normal de desenvolvimento e uma posterior regressão significativa em várias áreas do desenvolvimento. Estas duas patologias distinguem-se uma da outra nos seguintes fatores: prevalência por sexo, idade de aparecimento dos primeiros sintomas e nos padrões de défices observados (APA,2000, como citado em Lima,2018).

A classificação atualmente vigente, DSM-5, foi publicada em maio de 2013, pela Associação Americana de Psiquiatria. Em relação à versão anterior, efetuou-se a redução da tríade de incapacidade que definia as PEA na DSM-IV para dois critérios: défices na comunicação e na interação social transversais a múltiplos contextos e padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014, p.57-58).

A DSM-5 (2014) incorpora uma maior sensibilidade cultural, introduz uma ligação importante entre o diagnóstico das perturbações e os aspetos culturais. Quando é realizada a avaliação diagnóstica passa a ter em conta a cultura do indivíduo. A cultura fornece estruturas interpretativas que dão forma à experiência e expressão dos sintomas, sinais e comportamentos que são critério de diagnóstico. Dependendo da cultura, a fronteira entre a normalidade e a patologia pode variar, tal como os limites de tolerância de sintomas ou comportamento específicos. A cultura pode influenciar também a vulnerabilidade e o sofrimento do sujeito, por exemplo aumentando os medos que mantêm a perturbação de pânico, ou a ansiedade com a saúde, pode também influenciar a aceitação ou rejeição do diagnóstico, a adesão aos tratamentos, afetando assim o curso da doença e a recuperação. A cultura afeta também o comportamento na entrevista clínica; em consequência, as diferenças culturais entre o médico e o paciente tem implicações no rigor e aceitação do diagnóstico, bem como nas decisões de tratamento, considerações de prognóstico e resultados clínicos. Os significados, hábitos e tradições culturais podem contribuir quer para o estigma, quer para o apoio de resposta social e familiar à doença mental (DSM – 5, 2014)

Para substituir o construto de síndrome associada à cultura, a DSM-5 (2014) enumerou três conceitos que sugerem formas culturais de compreender e descrever as experiências de doença que podem ser trazidas à luz na entrevista clínica:

- Síndrome Cultural: é um conjunto ou grupo de sintomas concorrentes, relativamente pouco variáveis, que se encontram num grupo, comunidade ou

contexto cultural específico (por exemplo, ataque de nervos). A síndrome pode, ou não, ser reconhecida como uma doença por essa cultura (por exemplo, dando diferentes etiquetas), mas esses padrões culturais de mal-estar e características de doença podem, não obstante, ser reconhecíveis por um observador externo (APA, 2014, p.17).

- Expressão Idiomática de mal-estar: é um termo ou frase linguísticos, ou uma forma de falar do sofrimento entre sujeitos de um grupo cultural (por exemplo, etnicidade e religião semelhante) referente a conceitos comuns de patologia de formas de expressar, comunicar, ou nomear características essenciais de mal-estar (APA, 2014, p.17).
- Explicação ou causa percebida cultural: é uma etiqueta, atributo ou característica de um modelo explicativo que fornece uma etiologia ou causa de concepção cultural para os sintomas, a doença, ou o mal-estar. As explicações causais podem ser características proeminentes de classificações populares da doença utilizadas por leigos ou curandeiros (APA, 2014, p.18).

No DSM-5 (2014), as PEA são consideradas perturbações do neurodesenvolvimento de início precoce, e com uma origem multifactorial, tornando-se evidentes, na grande maioria dos casos, antes dos dois anos de idade e passam a englobar a Perturbação Autística (autismo de Kanner, Autismo infantil ou Autismo clássico), a Perturbação de Asperger (Síndrome de Asperger), a Perturbação desintegrativa da infância e a Perturbação global do desenvolvimento sem outra especificação (autismo atípico). O Síndrome de Rett passou a ser uma entidade à parte devido à sua base genética, e é presentemente tida como uma doença neurológica que pode coexistir no autismo, mas não é mais um subdiagnóstico do mesmo.

Em conclusão esta última edição define critérios de diagnóstico para a Perturbação do Espectro do Autismo, que vem substituir a expressão autismo, e inclui anomalias sensoriais, a hipo ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, que se juntam ao domínio das atividades dos comportamentos e dos interesses repetitivos e restritos (APA, 2014).

Assim a Perturbação do Espectro do Autismo apresenta como principais características a dificuldade de interação social, a dificuldade na comunicação verbal e não verbal. Assim como a dificuldade em criar empatia, isto é, colocar-se no lugar do outro, gestos, sons ou atividades repetitivas, fixação por determinados temas, jogos ou

objetos, rigidez cognitiva , que se traduz na dificuldade em encontrar estratégias alternativas para a resolução de problemas, marcada ansiedade que se manifesta perante o inesperado ou em circunstâncias que não pode controlar, hipersensibilidade aos estímulos sensoriais, desde sons, cheiros, luz ou texturas e desajeitamento motor (Antunes, 2018).

1.2 PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM PORTUGAL

Até à década de 1990, o autismo era raramente diagnosticado em Portugal, consequentemente não existia uma política específica de educação ou de saúde para os indivíduos com PEA. Posteriormente foi crescendo o conhecimento sobre o autismo, e passou a ser reconhecido como uma perturbação crónica, não curável, com necessidade de acompanhamento a longo prazo. Em seguimento surgem mais apoios e serviços específicos para os indivíduos com PEA e os seus cuidadores.

A federação Portuguesa do Autismo (FPDA) salienta que de acordo com os estudos realizados por Eric Fombonne (2003), determinou que para uma população de 10.000 pessoas há 10 pessoas com autismo e 2,5 com síndrome de Asperger. Na mesma população há 30 pessoas com perturbações globais do desenvolvimento no quadro do autismo. O único estudo que existe sobre a Perturbação do Espectro do Autismo realizado em Portugal foi executado por investigadores do Hospital Pediátrico de Coimbra e do Instituto Nacional Ricardo Jorge, envolveu cerca de 300 mil crianças em idade escolar, compreendidas entre os 7 e os 9 anos de idade, em todo o país (à exceção da região autónoma da Madeira por questões estratégicas). A conclusão do estudo apurou que, em Portugal, por cada mil crianças uma apresenta esta perturbação e a prevalência da mesma é completamente imune a qualquer classe social, diferentes culturas e/ou raças distintas (Oliveira, 2005).

O DSM- 5 refere que nos últimos anos se tem registado um significativo aumento na prevalência que poderá estar relacionado com vários fatores, tais como o aumento do conhecimento dos pais e dos profissionais sobre a existência desta perturbação; melhor definição dos critérios de diagnóstico que são agora mais abrangentes; criação de mais instrumentos de rastreio e diagnóstico. Todos estes fatores têm contribuído para uma mais

rápida sinalização e melhor diagnóstico, contudo ainda não é consensual a razão do aumento da prevalência (APA, 2014).

Em Portugal, atualmente, estão estabelecidos direitos para o autista e para a sua família, no que concerne à Proteção Social através de prestações pecuniárias, com distribuição estabelecida por lei, de carácter mensal. Esta prestação prevê um acréscimo de 20% no abono de Família para Crianças e Jovens, com deficiência e com idade inferior a 24 anos, se os titulares da bonificação estiverem inseridos em agregados familiares monoparentais; subsídio por frequência em estabelecimento de ensino com educação especial; subsídio por assistência de 3ª pessoa; pensão Social de Invalidez; complemento por dependência e um subsídio mensal vitalício (Roriz & Caniço, 2016).

Em termos de direitos de saúde, segundo Roriz & Caniço (2016), o indivíduo autista, como doente com incapacitante/deficiência, tem como direitos a prioridade no atendimento, a isenção de taxas moderadoras e direito a acompanhamento hospitalar. Os autores acrescentam ainda que os indivíduos autistas, dependendo do grau de severidade, podem estar sob proteção jurídica. Assim, segundo o Artigo 488º do Código Civil:

1. Não responde pelas consequências do facto danoso quem, no momento em que o facto ocorreu, estava, por qualquer causa, incapacitado de entender ou querer, salvo se o agente se colocou culposamente nesse estado, sendo este transitório.

2. Presume-se falta de imputabilidade nos menores de sete anos e nos interditos por anomalia psíquica.”

Em termos de empregabilidade da população autista em Portugal, embora esteja previsto na lei, a verdade é que na prática pouco ou quase nada se faz, apesar de existirem algumas iniciativas pontuais ligadas a instituições que apoiam estes jovens (é importante salientar que a maior parte dos apoios são direcionados para crianças e jovens em idades inferiores aos 24 anos). Mas o carácter pouco profissional e as atividades desenvolvidas acabam por não demonstrar o potencial destes jovens e a maioria das empresas não conhece nem olha para estas instituições como potenciais fontes de recrutamento (Batista, 2015, p.25).

A *Carta para Pessoas com Autismo* (1996) é um documento que contém direitos dos indivíduos autistas, é nela que está destacado o seguinte direito, no que diz respeito à empregabilidade (apresentada no 4.º Congresso Autism-Europe, Haia, 10 de maio de

1992. Adotada sob forma de Declaração Escrita pelo Parlamento Europeu, 9 de maio de 1996.)

“10. O DIREITO de as pessoas com autismo a um emprego significativo e formação vocacional sem discriminação ou estereótipo; a formação e o emprego devem respeitar as capacidades e escolhas do indivíduo.”

Em Portugal, a nível de integração dos autistas no meio escolar, foi elaborado um programa de apoio especializado a indivíduos com Necessidades Educativas Específicas (NEE). Este projeto possibilitou que os autistas frequentassem escolas públicas e estivessem mais integrados na sociedade, mas a nível profissional os adolescentes e adultos tem sérias dificuldades de empregabilidade. Muitas vezes esta impossibilidade de integração dos autistas na classe trabalhadora devesse à falta de conhecimento da sociedade sobre a perturbação.

Batista (2015), no âmbito da realização da sua dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Serviços de Saúde, conclui sobre o facto de não haver dados concretos sobre a população com perturbações do espectro do autismo em Portugal, não incentivando a criação de políticas e programas de apoio específicos para esta população, pois não se conhece de forma concreta a realidade e a dimensão do problema.

1.3 DEFINIÇÃO DO CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A última versão do Manual de Diagnóstico e Estatísticas das Perturbações Mentais (2014), apresenta a Perturbação do Espectro do Autismo como uma “única patologia”. Esta passa a ser reconhecida como uma perturbação que engloba etiologias múltiplas e com diferentes níveis de severidade que compromete o processo de desenvolvimento infantil, e específica que um indivíduo para ser diagnosticado com PEA, deve apresentar dificuldades no que diz respeito às habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos repetitivos e restritos, na essência como característica principal é importante reter que se trata de “ausência ou perturbação do instinto social” (Wing, 2011, como citado em Monteiro, 2014).

Para o diagnóstico da Perturbação do Espectro do Autismo a DSM-5 (2014) considerou os seguintes critérios:

A. Défices persistentes na comunicação social e interação social, em múltiplos contextos, manifestados pelos seguintes, atualmente ou no passado:

1. Défices na reciprocidade social-emocional, variando, por exemplo, desde uma abordagem social anormal e falha no diálogo normal, até um compartilhamento reduzido de interesses, emoção ou afeto, até uma falha em iniciar ou responder à interação social.
2. Défices em comportamentos comunicativos não verbais usados para a interação social, variando, por exemplo, desde comunicações verbais e não verbais pobremente integradas a anormalidades no contato visual e linguagem corporal ou déficits em compreender e usar gestos, até a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
3. Défices no desenvolvimento, manutenção e compreensão dos relacionamentos, variando, por exemplo, desde dificuldades em ajustar o comportamento aos diferentes contextos sociais, a dificuldades em compartilhar jogos imaginativos, até a ausência de interesse nos semelhantes.

B. Padrões de comportamento, interesses ou atividades restritos e repetitivos, como manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por histórico:

1. Movimentos motores uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (ex.: estereotipia motora simples, alinhar brinquedos ou virar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
2. Insistência na monotonia, adesão inflexível à rotina ou padrão ritualizado de comportamentos verbais e não verbais (ex.: estresse extremos à pouca mudança, dificuldade com transições, padrões de pensamento rígidos, rituais de cumprimento, necessidade de pegar o mesmo caminho ou comer a mesma coisa todo dia).
3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade e foco (ex.: forte apego ou preocupação com objetos não usuais, interesses excessivamente restritos ou perseverantes).

4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse não usual em aspetos sensoriais do ambiente (ex.: aparente indiferença à dor ou à temperatura, resposta adversa a sons e texturas específicos, excessivo tocar ou cheirar objetos, fascinação visual em relação à luz ou movimento) (APA, 2014, p.57-58).

A gravidade é baseada nas deficiências na interação social e nos padrões de comportamento restritos e repetitivos (APA, 2014, p. 58).

C. Os sintomas têm de estar presentes no início do período de desenvolvimento (mas podem não se tornar totalmente manifestos até as exigências sociais excederem as capacidades limitadas ou podem ser mascarados mais tarde na vida por estratégias aprendidas).

D. Os sintomas causam uma perturbação clínica significativa nas áreas sociais, ocupacionais, ou outras áreas importantes do funcionamento atual.

E. Estas perturbações não são mais bem explicadas por incapacidade intelectual (perturbação do desenvolvimento intelectual) ou atraso global do desenvolvimento. A incapacidade intelectual e a perturbação do espectro do autismo coocorrem muitas vezes; para efetuar diagnóstico comórbidos de perturbação do espectro do autismo e incapacidade intelectual, a comunicação social deve ser abaixo do esperado para o nível geral de desenvolvimento (APA,2014, p. 58).

A Federação Portuguesa de Autismo (FPDA, 2017) salienta que não existe um marcador biológico específico que identifique de imediato, as PEA, por isso um dos processos de diagnóstico tem como base a observação dos comportamentos dos indivíduos, que é considerado o primeiro sinal de um diagnóstico precoce, geralmente percebido pelos pais. Durante o processo de diagnóstico é realizada a avaliação da história do indivíduo ao nível do desenvolvimento e história familiar, posteriormente é realizado um exame físico pormenorizado, com avaliação neurológica e características dismórficas. É similarmente necessário determinar o grau de funcionalidade do autista através da avaliação psicométrica.

Para auxílio do diagnóstico podem ser utilizadas diferentes escalas, tais como a CARS (*Childhood Autism Rating Scale*), que permite quantificar o autismo em leve, moderado e grave, e é indicada para crianças a partir dos dois anos de idade. O M-CHAT

(*Modified Checklist for Autism in Toddlers*) caracteriza-se por ser uma ferramenta de triagem, cujo objetivo é identificar o autismo precocemente, entre 18 e 24 meses. Existe também a Vineland (*Adaptive Behaviour Scales*), que permite avaliar os comportamentos adaptativos em diferentes áreas de desenvolvimento de crianças de todas as faixas etárias. Para além das escalas referida existem exames complementares, como a ressonância Magnética de crânio e Eletroencefalograma.

1.4 ESPECIFICADORES DE GRAVIDADE

A Perturbação do Espectro do Autismo tem características muito peculiares, o que tem levado vários investigadores a tentar apurar a sua verdadeira etiologia, no sentido de explicar a doença. Devido a esta complexidade o DMS-5 (2014) define que para avaliar as perturbações do espectro do autismo é necessário ter em consideração dois tipos especificadores: características clínicas individuais e sintomas pertinentes ao quadro. O primeiro especificador aponta para características clínicas individuais, reforça a importância de avaliar se o indivíduo submetido a diagnóstico apresenta ou não incapacidade intelectual, perturbação da linguagem ou doenças associadas ou catatonia (Monteiro, 2014, p.141).

O outro especificador referido é o que descreve os sintomas autísticos, no qual devem ser considerados: a idade dos primeiros sintomas, pois quando os sintomas correspondem ao autismo clássico ou quando ocorre atraso de desenvolvimento, tornam-se manifestantes nos dois primeiros anos de vida, e na maioria dos casos é feito pelos três anos de idade. Também devem ser consideradas a existência ou não de perda de habilidades estabelecidas e a gravidade com que ocorrem os sintomas e qual o apoio que necessitam.

Assim, o DSM-5(2014) faculta uma tabela que descreve os níveis de gravidade, no sentido de esclarecer as necessidades funcionais do indivíduo e o planeamento do suporte necessário, que podem ser resumidos como:

1. Nível 1 – (Requerendo suporte)

A nível da interação/ Comunicação social:

- Prejuízo notado sem suporte;
- Dificuldade em iniciar interações sociais;
- Respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social;
- Interesse diminuído nas interações sociais;
- Falência na conversação;
- Tentativas de fazer amigos de forma estranha e malsucedida.

A nível comportamento restritivo/ repetitivo:

- Comportamento interfere significativamente com a função;
- Dificuldade para trocar de atividades;
- Independência limitada por problemas com organização e planejamento

2. Nível 2 – (Necessita de apoio substancial):

A nível da interação/ comunicação social:

- Déficits marcados na conversação;
- Prejuízos aparentes mesmo com suporte;
- Iniciação limitadas nas interações sociais;
- Resposta anormal/reduzida a aberturas sociais.

A nível comportamento restritivo/ repetitivo:

- Comportamentos suficientemente frequentes, sendo óbvios para observadores casuais;
- Comportamento interfere com função numa grande variedade de ambientes;
- Aflição e/ou dificuldade para mudar o foco ou ação.

3. Nível 3- (Necessita de muito apoio):

A nível da interação social:

- Prejuízos graves no funcionamento;
- Iniciação de interações sociais muito limitadas;
- Resposta mínima a aberturas sociais.

A nível comportamento restritivo/ repetitivo:

- Comportamento interfere marcadamente com função em todas as esferas;
- Dificuldade extrema de lidar com mudanças;
- Grande aflição/dificuldade de mudar o foco ou ação (APA, 2014, p.60).

Na DSM-5 (2014, p.61-62) estão especificadas as características essenciais da perturbação do espectro do autismo, são o défice persistente na comunicação social recíproca e interação social, (Critério A) estas limitações são invasivas e mantidas, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Estes sintomas estão presentes desde a primeira infância e limitam ou comprometem o funcionamento do dia a dia (Critério C e D).

O critério D requer que as características causem défice clinicamente significativo no funcionamento social, ocupacional ou noutras áreas importantes do funcionamento atual. O critério E especifica que os défices de comunicação social, embora por vezes acompanhados por incapacidade intelectual, não estão em linha com o nível de desenvolvimento do indivíduo; os défices excedem as dificuldades esperadas com base no nível de desenvolvimento (APA, 2014, p.63).

Apesar das características diagnósticas nucleares estarem evidentes no período de desenvolvimento, o estágio no qual o prejuízo de funcionamento se torna óbvio pode variar das características do indivíduo e o meio envolvente. A exploração destas características de cada indivíduo requer que na entrevista clínica sejam usadas múltiplas fontes de informação, incluindo a observação do clínico, história fornecida pelo cuidador, e quando possível um autorrelato para tornar assim o diagnóstico mais válido e fiável.

Os sintomas também não são iguais em todos os indivíduos com PEA. O défice verbal ou não verbais da comunicação têm manifestações variáveis, dependendo da idade, nível intelectual, capacidade de linguagem, história de tratamento e suporte atual. Muitos indivíduos autistas têm défices de linguagem, variando desde uma completa ausência da fala até atrasos da linguagem, compreensão pobre da fala em eco ou linguagem pomposa e excessivamente literal. Mesmo quando o indivíduo possui capacidades formais de linguagem intactas, o uso da linguagem para a comunicação social recíproca está comprometida na perturbação do espectro do autismo. As dificuldades da linguagem na infância traduzem-se num défice de expressão de sentimentos e emoções, na interação

com os pares, e na imitação de comportamentos dos mesmos, sendo na idade adulta mais evidente em situações que exigem um processamento e resposta em situações sociais novas, e mais complexas (APA,2014, p.62).

Os défices na reciprocidade social-emocional são claramente evidentes em crianças pequenas com a perturbação pela dificuldade em ter iniciativa de interação social e partilhar emoções, em conjunto com imitação reduzida ou ausente do comportamento dos outros. O uso da linguagem é muitas vezes unilateral, deficiente em reciprocidade social e usada para pedir ou rotular do que comentar, partilhar sentimentos ou conversar. Em adultos sem incapacidades intelectuais ou atrasos da linguagem, os défices na reciprocidade sócioemocional podem representar dificuldades em processar e responder a pistas sociais complexa, como por exemplo integrar-se numa conversa (APA,2014, p.62).

Os défices nos comportamentos não verbais usados para interação social são manifestados por uso reduzido, ausente ou atípico de contacto ocular (relativo às normas culturais), gestos, expressões faciais, orientação corporal ou entoação da fala. Nas crianças manifestam-se através da atenção conjunta deficiente, as crianças têm dificuldade em apontar, mostrar ou trazer objetos para partilhar o interesse com outros ou pela incapacidade em seguir o apontar ou olhar para alguém. Nos adultos com linguagem fluente, este défice manifesta-se na dificuldade na coordenação da comunicação não verbal com a fala pode dar a impressão de uma “linguagem corporal” estranha, desajeitada ou exagerada durante as interações. O défice pode se manifestar de igual forma mais subtil em alguns indivíduos, mas é perceptível na integração pobre do contacto ocular, gestos, postura corporal, prosódia e expressão facial para a comunicação social (APA, 2014, p.62).

Os défices no desenvolvimento, manutenção e compreensão dos relacionamentos devem ser julgados por comparação com as normas para a idade, género e cultura. O interesse social pode estar ausente, reduzido ou atípico, manifestando-se pela rejeição dos outros, passividade ou abordagens inapropriadas que parecem agressivas ou disruptivas. Este défice torna-se evidente nas crianças pela dificuldade em participar em jogos que envolvam a socialização e imaginação, e não envolvam regra fixas, e na idade adulta pela dificuldade em adaptar o seu discurso ao contexto do diálogo. Muitas vezes existe o

desejo em estabelecer sem uma ideia completa ou realista do que uma amizade implica (APA, 2014, p.62).

Como definido no critério B, a perturbação do espectro do autismo é também definida por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, as manifestações são variáveis, de acordo com a idade e a capacidade, intervenção e suportes atuais. Os comportamentos estereotipados ou repetitivos incluem estereotípias motoras simples, tais como por exemplo bater com as mãos, agitar ou dedos, incluem também um interesse por um número restrito de objetos, texturas, cheiros, gostos, e que podem estar associados a híper ou hiporreatividade a determinados estímulos como cheirar ou tocar repetitivamente em determinados objetos, ou o foco contínuo de atenção em luzes e objetos giratórios. Por vezes os indivíduos autistas podem apresentar adesão excessiva a rotinas e padrões restritos de comportamento que se manifestam em resistência a mudanças (por exemplo angústia em relação a mudanças aparentemente pequenas como no empacotamento de uma comida favorita ou insistência na adesão a regras, na rigidez de pensamentos), ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (por exemplo perguntas repetitivas, percorrer a passo um perímetro). Muitos indivíduos com PEA, sem incapacidade intelectual ou da linguagem aprendem a suprimir os comportamentos repetitivos em público. Os interesses especiais podem a ser uma fonte de prazer e motivação e providenciar vias para educação e emprego mais tarde na vida (APA, 2014, p.62-63).

É importante reforçar que se trata de um espectro, ou seja, as manifestações da perturbação dependem da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica. A Perturbação do Espectro do Autismo engloba a perturbações como o autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, perturbação global do desenvolvimento se outra especificação, perturbação desintegrativa da segunda infância e perturbação de Asperger (APA, 2014).

1.5 COMORBILIDADES

É chamado de comorbilidade a coexistência de outra patologia associada à original, ou seja, consiste na ocorrência de duas ou mais disfunções no mesmo indivíduo. No caso específico da Perturbação do Espectro do Autismo, que contém uma apresentação heterogênea, são frequentemente associadas diferentes comorbilidades neurológicas, comportamentais e físicas. Entre essas perturbações, encontra-se frequentemente associada a PDI (Perturbação do Desenvolvimento Intelectual), a PL (Perturbação da Linguagem) e a PHDA (Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção), as perturbações de ansiedade e depressão, algumas dificuldades específicas da aprendizagem, a perturbação da coordenação, perturbação da personalidade e a perturbação alimentar restritiva/evitativa (APA, 2014).

A PDI (Perturbação do Desenvolvimento Intelectual) é a comorbilidade mais frequente na PEA, manifesta-se durante o período de desenvolvimento, e é descrita na DSM-5 (2014) como uma perturbação que inclui défices no funcionamento intelectual e adaptativo nos domínios conceptual, social e prático e apresenta quatro graus de gravidade: ligeiro, moderado, grave e profundo.

Todos os autistas têm algum nível de limitação na comunicação, mas em algumas situações pode surgir um quadro mais grave. A PEA pode revelar comorbilidade com a PL (Perturbação da Linguagem), a mesma manifesta-se precocemente no desenvolvimento da criança, podendo traduzir-se em vários fenótipos linguísticos, quer a nível compreensivo, quer expressivo, ou nas duas áreas em simultâneo. As características de diagnóstico da perturbação da Linguagem englobam sérias dificuldades na aquisição e uso da linguagem, devido a défices na compreensão ou produção do vocabulário, estruturação frásica e discurso.

Uma outra perturbação do neurodesenvolvimento comum nas pessoas com PEA é a PHDA (Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção), não é uma dificuldade ao nível cognitivo, mas sobretudo a nível do comportamento, relacionando-se com o autocontrolo e a inibição do mesmo, embora tenha início da infância, pode continuar até à idade adulta. Segundo o DSM-5(2014), esta perturbação contém três apresentações da PHDA distintas, especificamente: a predominantemente Desatenta, a Hiperativa e a

Combinada, englobando três sintomas principais: desatenção, hiperatividade e impulsividade. De forma geral define-se pela dificuldade em dirigir e manter o seu foco de atenção, distraíndo-se facilmente com estímulos irrelevantes

As várias manifestações de ansiedade são muito comuns no autismo. A rigidez cognitiva estabelece uma esquadria que limita os incidentes do quotidiano. Por vezes gera-se nos indivíduos com perturbação do espectro do autismo uma reação ansiosa acompanhada, por vezes, de grande irritabilidade devido a acontecimentos ou interações que escapam aos limites do desejo, ou que é entendível como correto, justo ou confortável. Ao observador comum estas escalas emocionais parecem desajustadas ao estímulo que as provocou, mas não são para o autista que os vivencia. De alguma forma, é o equivalente emocional à sensibilidade exaltada aos ruídos ou cheiros. A imprevisibilidade ou crítica são sentidas como agressões das quais o indivíduo necessita de se proteger ou de lutar contra (Antunes, 2018, p.181)

A depressão aparece frequentemente associada às Perturbações do Espectro do Autismo (PEA), sobretudo em jovens e adultos, que pode ser difícil de identificar nestes indivíduos, uma vez que eles podem apresentar dificuldade em expressar o que realmente sentem. Os sintomas geralmente exteriorizam-se por humor deprimido grande parte do dia, acentuada diminuição do interesse ou prazer em todas ou quase todas as atividades que vão decorrendo ao longo do dia. Pode ocorrer a perda ou ganho de peso significativo, insónia ou hipersónia, agitação ou retardo motor, fadiga ou perda de energia, sentimento de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada, capacidade diminuída para pensar ou executar determinadas tarefas, dificuldade na toma de decisões e por vezes revelam pensamentos recorrentes de morte (Pires, 2019).

As dificuldades de aprendizagem são comuns nos indivíduos com PEA, sendo que estes apresentam disfunção na comunicação, é possível verificar-se sérias dificuldades na linguagem escrita, na disgrafia e na leitura. As dificuldades de leitura podem constituir-se um obstáculo para outras áreas, como a área da matemática, por falta de compreensão dos enunciados, apesar de muitas vezes o autista exibir um cálculo mental extraordinário (Antunes, 2018).

É frequente nas PEA a correlação com a Perturbação da Coordenação, contudo a que se encontra visivelmente mais afetada é a coordenação motora grosseira, pois estes

indivíduos podem manifestar, por exemplo, uma marcha “atrapalhada”, correm sem grande “leveza” e por vezes não conseguem executar tarefas como atar corretamente os atacadores ou abotoar uma camisa (Antunes, 2018).

Considerando a PEA como uma perturbação multifacetada refletida em diferentes perfis de sintomas nos indivíduos, é possível que ocorra uma correlação entre as PEA e a PP (Perturbação da Personalidade), lembrando que estas podem ser facilmente confundidas, pois frequentemente os autistas apresentam uma conjunção da dificuldade de empatia, rigidez na interpretação e nas características da interação social, que são características próximas das exibidas pelas pessoas com Perturbação da Personalidade. Alguns traços que definem as PP podem se justapor aos do autismo, como a paranoide que se define por um padrão invasivo de desconfiança e suspeitas generalizadas em relação aos outros, o que muitas vezes os leva a interpretar as intenções dos outros como prejudiciais para o autista. Similarmente, outros traços também se podem sobrepor ao autismo, como a esquizoide, que assenta no distanciamento das relações sociais e expressividade restrita em situações interpessoais, a esquizotípica que se caracteriza por um padrão generalizado de desconforto agudo com relacionamentos íntimos e com capacidade reduzida para tal, por cognição e perceções distorcidas e por comportamento excêntrico. A narcísica, que de forma resumida se descreve como ausência de empatia, a perturbação de personalidade evitante também se engloba nestes traços, e evidência a inibição social, sentimentos de inadequação e hipersensibilidade à avaliação negativa, e a perturbação obsessivo-compulsiva que se define por obsessões recorrentes (como pensamentos e imagens intrusivos, indesejados e incontroláveis) e comportamentos ou rituais repetidos de forma compulsiva (Antunes, 2018).

As perturbações do sono pertencem também à lista das potenciais comorbilidades com a PEA, que contribuem para o aumento dos níveis de stresse, e por vezes podem agravar as características do autismo, tais como os desafios sociais. Não existe apenas uma perturbação particular do sono que caracterize as crianças com PEA, mas várias, sendo que as mais comuns são a latência do sono prolongada, diminuição da eficácia do sono, redução do tempo total de sono, aumento do acordar após o sono de início, resistência à hora de dormir, e sonolência diurna (Hollway, 2011, como citado em Ribeiro, 2015).

Os indivíduos autistas podem também apresentar perturbações alimentares, que se manifestam através da recusa por alimentos específicos e normalmente recusam-se a ingerir alimentos que não façam parte da sua alimentação regular. A identificação das comorbilidades com a PEA é fundamental para a realização de um diagnóstico precoce, para o prognóstico e posteriormente para a utilização das melhores estratégias que podem ser variáveis como a própria diversidade de comorbilidades associadas ao autismo.

1.6 TEORIAS EXPLICATIVAS DA ETIOLOGIA DAS PERTURBAÇÕES DO ESPECTRO DO AUTISMO

Para este trabalho pareceu-nos importante incluir neste capítulo o tema da etiologia. Saber a origem de uma perturbação é importante para o seu estudo. No entanto, apesar dos avanços científicos para o estudo da Perturbação do Espectro do autismo, a sua etiologia continua desconhecida. Existem diversas teorias explicativas, como as geneticistas e fisiológicas e as ambientalistas, mas sem conseguirem explicar toda a diversidade de origens desta perturbação.

Segundo Untoiglich (2013), a multiplicidade dos casos de autismo torna impossível pensar em uma única causa, o que em termos de etiologia faz com que as PEA não tenham uma causa definida e nem mecanismo patogénico determinado, embora haja um consenso de que provém de causas genéticas e indiciam que é provável que o risco resulte da interação entre múltiplos genes, vias biológicas e fatores ambientais, ainda não definidos. Devido ao facto de ser uma questão complexa, a temática da etiologia do autismo alberga diversas teorias, para determinar a causalidade da perturbação.

A partir da década de noventa do século XX, os diversos avanços da ciência permitiram a identificação de alterações genéticas nos cromossomas 7, 2, 11, 17 e X, podendo estas ser hereditárias. Por outro lado, o surgimento das ressonâncias magnéticas e tomografias, permitem verificar a existência de significativas diferenças no tamanho de algumas estruturas do cérebro e no desenvolvimento das mesmas ao longo da vida, em indivíduos com quadro clínico de autismo (Filipe, 2012).

Outros estudos apontam possíveis alterações neuro químicas e metabólicas como estando na origem das PEA, nomeadamente uma quantidade excessiva de péptidos, a qual pode estar relacionada com a tendência do indivíduo autista para se isolar. Também o

acréscimo de serotonina no sangue é apontado como a causa dos comportamentos autistas, mas esta teoria foi refutada, descredibilizando a possibilidade da ocorrência de uma hiper serotonina e da ocorrência de alterações nas dificuldades sociais e comunicativas do indivíduo autista após o acerto dos níveis de serotonina (Folgado, 2013).

Outra das explicações, a mais recente, refere que o autismo tem origem no sistema nervoso central sendo, possivelmente, provocado por uma perturbação do desenvolvimento no mesmo numa fase pré-natal. Esta conclusão provém dos inúmeros estudos realizados desde a década de sessenta acerca do neurodesenvolvimento, que incidiram em áreas como o desenvolvimento das funções cognitivas, da linguagem ou a socialização (Filipe, 2012).

Para este trabalho pareceu-nos importante referir só duas das teorias explicam a etiologia da Perturbação do Espectro do autismo: a teoria cognitivista e a teoria psicodinâmica.

TEORIAS COGNITIVAS

Tendo por base a forma como o cérebro processa a informação, as teorias cognitivas tentam explicar os sintomas comportamentais das Perturbações do Espectro do Autismo. As três principais teorias são: a Teoria da mente, a Teoria do Défice da Coerência Central e a Teoria do Défice da Função Executiva (Müller, 2014).

Teoria da Mente é uma habilidade metacognitiva desenvolvida por Baron-Cohen (1985). Esta teoria defende que os défices de comunicação e interação das crianças com PEA têm por base uma dificuldade em atribuir estados mentais às outras pessoas e em prever o seu comportamento (Baron-Cohen, Leslie, & Frith, 1985, Müller, 2014). Por outras palavras esta teoria defende que os indivíduos autistas têm dificuldade em atribuir e identificarem pensamentos, sentimentos e intenções nos outros, de forma a poderem compreender e prever o seu comportamento, ou seja, propõe uma falha social que leva à incapacidade para a compreensão de aspetos básicos da comunicação, como os estados mentais.

A Teoria do déficit da coerência central foi concebida, em 1989, por Frith e segundo o autor esta teoria define-se como a capacidade para integrar informação e estímulos em contexto, que pressupõe uma grande quantidade de informações, capaz de fazer com que cada um de nós se centre sobretudo no todo em detrimento das partes. Assim as pessoas com PEA terão um déficit nesta capacidade, o que explica as suas dificuldades em reconhecer perspetivas diferentes da sua, a preferência pelo que já conhecem, o foco de atenção idiossincrático, entre outras características (Cumine, Leach, & Stevenson, 2000, como citado em Müller, 2014).

Existe ainda dentro das teorias cognitivas, a Teoria do déficit da Função Executiva Esta teoria tem uma base neuropsicológica, preconiza que os comportamentos rígidos e as dificuldades na resolução de problemas das pessoas com PEA têm a sua origem numa perturbação da função executiva, ou seja, na capacidade de flexibilidade, planeamento e controlo dos impulsos (Ozonoff, Penington, & Rogers, 1991, como citado em Müller, 2014).

TEORIAS PSICODINÂMICAS

As teorias psicodinâmicas englobam as PEA dentro da categoria das psicoses infantis e encaram os seus sintomas como a manifestação de um sofrimento psíquico e de mecanismos de defesa contra o mesmo (Houzel, Emanuelli, & Moggio, 2004, como citado em Müller, 2014).

Margaret Mahler (1979/1982) foi umas primeiras psicanalistas a conceber o autismo como um tipo de psicose, defendia que a causa do autismo se devia sobretudo a um desvio inato do ego do que a uma falta de empatia parental ou uma psicopatologia materna (Müller, 2014).

Tal como Mahler, o autor Winnicott (1971/1975) defende que o papel da mãe é crucial para a construção e diferenciação do *Self* da criança. A teoria de Winnicott defende que a etiologia desta perturbação encontrava explicação na falha da relação da mãe com o bebé, ou seja quando esta relação não era “suficientemente boa” causa angústia ao individuo que recorreria a mecanismos de defesa patológicos que o levavam a um estado autístico (Müller, 2014).

A teoria das “mães frigorífico”, defendida por Bettelheim (1967), referia que a causa do autismo tinha origem na “má parentalidade”, onde ocorria uma tentativa frustrada da criança em se aproximar da mãe e ao não alcançar a aproximação, fechava-se sobre si mesmo, e entrava num estado de desinvestimento extremo no mundo exterior (Müller, 2014).

Francis Tustin (1991) escreveu um artigo intitulado de “A Perpetuação de um erro”, onde afirmou que não existe um estágio normal para o autismo infantil, recusando a ideia da sua possível regressão a esta fase a causa da perturbação. A autora defende que o autismo é uma reação defensiva extrema desencadeada pela experiência traumática que a criança tem quando percebe que o seu corpo e o corpo da mãe não são um só, levando a uma falha patológica por parte da criança em diferenciar-se a si própria da ilusão da unidade simbiótica com a mãe. Assim, o autismo surge como proteção contra o sentimento repentino de descontinuidade, negando a separação e, simultaneamente, impedindo o desenvolvimento do sentido de individualidade (Houzel et al., 2004; Tustin, 1991, como citado em Müller, 2014).

A partir dos anos 70, as teorias psicodinâmicas perderam alguma da sua visibilidade, apesar dos autores que as constituíram tivessem dado grandes contributos acerca do funcionamento dos indivíduos com autismo. Atualmente alguns profissionais conjugam a psicologia cognitiva com os princípios psicanalíticos (Nadesan, 2005, como citado em Müller, 2014).

1.7 MITOS SOBRE O AUTISMO

A visão humana em relação à causa-efeito das doenças sempre esteve envolvida entre mitos e controvérsias, e ao longo do tempo foram moldados por políticas, religiões, fatores sociais, psicológicos e económicos. No contexto das doenças mentais e neurológicas, a existência de mitos é também uma realidade atual, e o autismo não é exceção. Apesar dos avanços científicos no conhecimento a respeito da Perturbação do Espectro do Autismo, e das atualizações dos documentos que regem a classificação das doenças mentais, tais como o Manual Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais (DSM, 2014) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças 10 (CID, 10, 2017),

ainda existe grande falta de entendimento sobre o que é realmente o autismo e as suas características específicas, o que leva muitas vezes à divulgação de informações e à criação de mitos que dificultam a inclusão da pessoa autista.

Como anteriormente mencionado, existem teorias ainda reconhecidas como verdade por alguns que referem que o autismo tem a sua origem na relação mãe-filho. Nesta ideia a culpabilização da mãe por ser “fria” e distante, o que permite à criança o desenvolvimento de graves problemas emocionais e comportamentais. Esta hipótese foi descartada quando começaram a surgir as explicações das teorias biológicas.

Outra controvérsia é o aumento da prevalência do autismo nas últimas décadas. Na realidade este “aumento” tem uma explicação, sendo que até 1980 não havia um "espectro do autismo", a patologia era definida por características bem rígidas e era tido como raro, ou seja, o aumento na prevalência nas últimas décadas deve-se apenas à mudança nos critérios de diagnóstico.

Um dos mitos mais polémicos foi criado em grande parte pela produção cinematográfica, que muitas vezes tende a representar o indivíduo autista como um “Super génio”. Apesar de alguns autistas terem algumas capacidades muito acentuadas em áreas específicas como memória, cálculo, idiomas, pintura ou música, por exemplo, não se pode generalizar. Alguns indivíduos com PEA podem desenhar muito bem e outros podem ter dificuldade em segurar corretamente um lápis. Percebemos que estamos perante uma perturbação com características muito heterogéneas, sendo importante para o conhecimento das pessoas que esta perturbação tem acesso aos especificadores que definem as características do seu desenvolvimento.

O debate sobre uma possível cura do autismo é também uma controvérsia que já se prolonga há vários anos. Especialistas tem vindo a afirmar que a questão da cura não se coloca devido ao facto de o autismo ser uma síndrome clínica e não uma doença curável. É possível que o autismo não tenha cura, não é conhecida nenhuma intervenção médica ou não médica que resolva as perturbações nucleares do autismo, tais como as dificuldades de interpretação e comunicação não-verbal, de associação e de generalização de conceitos. Filipe (2012, p.97) defende que, “se pensarmos no autismo como sendo resultante de um transtorno grave que ocorre durante o desenvolvimento do sistema nervoso central, eventualmente durante as fases mais precoces da maturação, podemos

admitir que as alterações se tornem irreversíveis quando o sistema nervoso atinge fases mais avançadas de desenvolvimento. A evolução neurológica opera-se por etapas, e, para que estas ocorram, têm de convergir, no espaço e no tempo, as vivências e a organização adequada das estruturas neuronais, que permite incorporar essas vivências e fazer delas aprendizagem”, ou seja, não existe cura. Contudo, poderá existir uma intervenção ativa no sentido de minimizar as dificuldades das pessoas com autismo e dos seus cuidadores, poderão ser criadas estratégias adaptativas, partindo sempre do modelo real de representações de cada sujeito, identificando as suas características e utilizando ao máximo as suas capacidades para lidar melhor com as suas limitações.

A facilidade que existe hoje no acesso à informação tem um lado positivo e um menos satisfatório. Quando a informação se apresenta séria, rigorosa, bem estruturada e fundamentada é algo que traz benefícios, contudo é fácil também encontrar informação falsa ou não esclarecida. Por exemplo, existem informações que revelam a existência de possíveis terapêuticas farmacológicas. Esta informação é falsa sendo que não existe terapêutica medicamentosa específica para o autismo, a abordagem terapêutica do autismo é, necessariamente, multidisciplinar, ou seja, a medicação deve ser utilizada tal as intervenções sociais e educativas, ou usada para colmatar necessidades estruturais. A finalidade da medicação (exemplo: medicamentos neurolépticos, antidepressivos e benzodiazepínicos) é controlar manifestações do comportamento em pessoas com autismo, mas deve ser encarada como último recurso ou no caso da medicação psiquiátrica, como um complemento do tratamento multidisciplinar.

Também o diagnóstico para a Perturbação do espectro do Autismo é motivo de equívoco. Filipe (2012) evidencia que não existem quaisquer exames laboratoriais, sejam bioquímicos, genéticos, eletrofisiológicos, de imagem ou outros que permitam o diagnóstico de autismo. O diagnóstico da Perturbação do Espectro do Autismo é clínico e baseado em entrevistas clínicas, na avaliação do desenvolvimento e na avaliação do comportamento. Na avaliação do comportamento poderão ser observados alguns sinais de alerta no comportamento da pessoa autista que alertam logo a partir do primeiro contacto tais como o balanceiro do corpo, os gestos e sons repetitivos, a rigidez na expressão mímica corporal. As peculiaridades da comunicação verbal (desajuste da entoação, altura e intensidade da voz) e comunicação não-verbal (desvio de olhar inadequação de gestos e da mímica), as posturas corporais invulgares, as particularidades

da marcha (rígida, sem balanceio dos braços, em bicos de pé), a forma de cumprimentar (o desvio do olhar, a falta de naturalidade do aperto de mão) (Filipe, 2012).

Há duas décadas, o investigador Andrew Wakefield (1998) publicou um polémico artigo onde solicitou a hipótese da vacina tríplice viral causaria autismo, apesar desta afirmação ter sido refutada, pois a pesquisa sofreu severas críticas quanto à sua metodologia, pelo fato de o estudo ser não controlado, de casuística pequena (apenas 12 crianças), gerou efeitos que ainda hoje repercutem no mundo, levando diversas famílias a nível mundial a deixarem de vacinar seus filhos. Tal situação tem se mostrado preocupante e relevante, pelo que merece atenção, uma vez que a vacinação obrigatória interfere na liberdade e na saúde individual do sujeito, enquanto a recusa à vacinação pelo indivíduo ou por seus responsáveis pode colocar em risco a saúde da coletividade, ou seja, pode-se pensar a questão pela perspectiva de um conflito entre direitos individuais e coletivos (Resende & Alves, 2020).

Filipe (2012) cita Taylor (2006) para reforçar que até hoje não foi encontrada qualquer relação entre agentes do meio, nomeadamente vacinas, regimes alimentares, álcool ou tabaco a eventuais aumentos de incidência de autismo. Acrescenta ainda que a divulgação de informações infundadas tem levado muitos pais a evitarem, por exemplo, vacinar os seus filhos, incorrendo em riscos graves.

1.8 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESPECTRO DO AUTISMO

A presente dissertação centra-se na análise de peças jornalísticas de dois jornais portugueses (*O jornal Público* e *o Jornal Expresso*) em relação à cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo. A compreensão da teoria das representações sociais assume, assim, total relevância, uma vez as mesmas refletem a forma como construímos conhecimento, orientamos a nossa atitude que, por sua vez, afeta e influencia o nosso comportamento. Os meios de comunicação social são transmissores e agentes de modificação de representações sociais, pois são vistos como um espaço excepcional de propagação de informações e trazem a público assuntos de natureza diversa, influenciando a forma como os indivíduos constroem o conhecimento sobre a realidade social.

1.8.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais foi proposta em 1961 pelo psicólogo social francês Serge Moscovici, descrita na sua obra “*La Psychanalyse, son Image et son Public*”, onde, apesar de não ter sistematizado uma definição, o autor considera que as representações sociais constituem um conjunto de conceitos, afirmações e explicações que devem ser consideradas como teorias do senso comum. Esta teoria tem como objeto de estudo a interação entre o indivíduo e a sociedade na construção da realidade. Neste sentido, as representações sociais estão diretamente ligadas à construção e à transformação dos saberes sociais, onde por diferentes meios na vida quotidiana, os conhecimentos circulam, cruzam e cristalizam, e desta forma são construídas teorias coletivas sobre o real, que proporcionam o acesso às justificações utilizadas para orientar a interpretação humana sobre a sua realidade. De certa forma, possibilitam a compreensão das estratégias utilizadas pelos indivíduos para interpretar fenómenos com os quais não estão familiarizados (Castela, 2013).

Considerando que nem todas as representações são representações sociais, Moscovici enumerou três critérios que definem as representações sociais, o critério quantitativo, o genético e de funcionalidade. O primeiro critério define que é uma representação social quando é partilhada por um conjunto de indivíduos, ou seja, não estão em causa representações idiossincráticas que diferenciam os indivíduos uns dos outros. Tendo em conta o critério genético, uma representação só é social quando produzida coletivamente através da comunicação e interação de um grupo social e refletem a situação do grupo, bem como os seus problemas, estratégias e relações com outros grupos. O critério de funcionalidade estabelece uma função específica, consiste em contribuir para os processos formadores e de orientação das comunicações e dos comportamentos (Castela, 2013, p.33).

Tendo em conta que as representações sociais não descrevem todas as formas de conhecimento de uma sociedade, a teoria elaborada por Moscovici faz uso de dois universos de pensamento, que o autor denominou de universos reificados e de universos consensuais. Os universos reificados são constituídos pelas ciências, que exigem uma formalidade na elaboração de ideias, em que existe objetividade, rigor lógico e metodológico, neste contexto cada indivíduo assume responsabilidades de acordo com a

sua especialidade. Diferentemente do anterior, os universos consensuais, onde se insere a teoria das representações sociais, configuram-se pela conversão informal. Por outras palavras, os universos consensuais dizem respeito às atividades intelectuais da interação social quotidiana, não existem especialistas ou uma hierarquia de indivíduos pensantes, pois cada um é livre e igual, isentando-se de uma competência exclusiva (Dias, 2017).

Moscovici estabeleceu ainda uma tipologia de representações sociais, diferenciando-as em representações sociais hegemónicas ou coletivas, emancipadas ou polémicas. As representações sociais hegemónicas equivalem às representações coletivas de Durkheim, são partilhadas por grandes grupos, são uniformes, indiscutíveis e coercitivas. As segundas referem-se às representações onde existe uma cooperação entre vários grupos e que resultam da troca de significados distintos sobre um determinado objeto. Por último as representações sociais polémicas são produzidas em decorrência de conflitos sociais, que refletem pontos de vista exclusivos acerca do mesmo objeto (Vala, 2000, como citado em Dias, 2017).

Em relação às funções das representações sociais, segundo Vala (2000), citado por Castela (2013), tem de uma forma geral a função de atribuir sentido e organizar de forma significativa a realidade que rodeia os indivíduos. A nível mais diferenciado o autor propõe quatro funções principais para as representações sociais: organização significativa do real; a comunicação; a organização dos comportamentos e por último, a diferenciação social. A função da organização significativa do real retrata as representações sociais como sistemas de interpretação que tornam a realidade coerente e familiar, a segunda função acima descrita, a comunicação, dá especial ênfase ao papel das representações sociais como sendo uma base essencial do ato de comunicar, reconhecendo a necessidade de um sistema comum de categorização, de interpretação e de linguagem partilhada como condição para a ocorrência de comunicação. A organização de comportamentos é também uma função das representações sociais na medida em que os comportamentos são influenciados pelas representações dos indivíduos. As representações sociais têm a função de diferenciação social, no sentido em que as representações sociais podem ser vistas como a expressão das diferenças e conflitos de um determinado grupo relativamente a outros (Castela, 2013).

O conceito de representação social criou um espaço para a compreensão sobre a atividade cognitiva e simbólica dos indivíduos no decorrer das suas interações

quotidianas e podem ser identificadas nos diversos fenômenos sociais como por exemplo nas conversações, identificam-se nas ruas, nos movimentos sociais e nos meios de comunicação social, sendo que atualmente o acesso à comunicação e à informação está mais rápido e ao alcance de todos, criando condições privilegiadas para que cada indivíduo expresse as suas ideias e em grupo se discutam opiniões favorecendo a formação de representações sociais.

1.8.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS FACE À PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO

O estudo das representações sociais e atitudes face à Perturbação do Espectro do Autismo é um campo que ainda não está muito explorado, o que torna a luta para a consciencialização do tema mais complexa. Esta é importante para evitar diagnósticos tardios, combater a discriminação e orientar familiares e profissionais para o cuidado.

Castela (2013) cita Campbell (2006) para transmitir que “existe uma hierarquia documentada das atitudes negativas face a pessoas com diferentes tipos de dificuldades, em que os indivíduos com atrasos mentais e doenças psiquiátricas experienciam uma maior rejeição social e uma avaliação mais negativa do que os indivíduos com dificuldades físicas e motoras” (Castela, 2013, p.39).

Castela (2013) faz também abordagem a três diferentes estigmas estabelecidos por indivíduos adultos face a pessoas com doenças mentais severas, entre os quais está o medo e a exclusão, no sentido em que se considera que pessoas com doenças mentais devem ser temidas e evitadas. Um outro estigma enumerado é o autoritarismo, considerando que as pessoas com doenças mentais são incapazes de cuidar de si próprias e de serem responsáveis. Por último, a benevolência é mencionada na perspetiva onde se considera que as pessoas com doenças mentais são infantis e inocentes, precisando dos cuidados de outras pessoas. Os dois últimos estigmas mencionados - o autoritarismo e a benevolência - são segundo a autora, atitudes que podem predizer a existência de menos comportamentos favoráveis, tais como alugar um quarto ou empregar uma pessoa com alguma doença mental.

No contexto da elaboração da sua tese “*Representações Sociais e Atitudes face ao Autismo*”, no âmbito do mestrado em Psicologia da Educação, Castela (2013) refere diferentes estudos para provar que existe uma relação inversamente proporcional entre o contacto com pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo e as atitudes e percepções negativas face às mesmas. Castela (2013) começa por salientar um estudo realizado por Harnum, Duffy e Ferguson (2007) que contou com uma amostra total de 60 pessoas, 30 destas adultos e 30 crianças, com o propósito de comparar entre sujeitos o desagrado, o evitar e a similaridade percebida em relação a um cenário escrito de um rapaz autista que era novo na escola. O mesmo exibia traços que incluíam o balancear, a ecolalia e a obsessão por um objeto. Como resultados do estudo observou-se que as crianças perceberam o rapaz como sendo significativamente diferente delas e mostraram mais desagrado e maior tendência para evitar a criança autista do que as crianças “normais”. Por oposição, os participantes adultos inseridos no estudo não demonstraram, de forma significativa, mais propensos a evitar a criança autista do que as crianças “normais” e não perceberam a criança autista como mais diferente do que as outras crianças.

Um outro estudo a que Castela (2013) faz referência é a investigação desenvolvida por Edyvean (2009) que teve como amostra um total de 218 estudantes, com o objetivo de analisar a relação entre as atitudes face ao autismo e o contacto que as pessoas estabelecem com sujeitos com autismo. No estudo desenvolvido por Edyvean (2009) não foi encontrada uma correlação significativa entre o contacto com indivíduos com autismo e a percepção de violência, o que pode estar relacionado com a maneira como as pessoas com autismo são retratadas nos media (e.g., filmes e séries). Para além disto, os resultados demonstraram que o contacto com indivíduos com autismo potencia as atitudes positivas face a pessoas com autismo.

Para reforçar a importância e eficácia do contacto “cara-a-cara”, Castela (2013) nomeia o estudo de Campbell (2006) que adicionou a um pequeno vídeo uma mensagem descrita e exploratória sobre um rapaz autista, apresentou o mesmo aos alunos do ciclo, o que resultou num aumento da similaridade percebida com o rapaz autista. Este estudo revela que a facilitação de informação sobre a perturbação e o trabalho assistido com crianças com esta perturbação melhora as atitudes face à inclusão de pessoas com PEA. No âmbito deste estudo foram encontradas diferenças significativas no que se refere às medidas de informação sobre a perturbação, conhecimento de práticas e estratégias

utilizadas entre os profissionais, sendo que os psicólogos educacionais e os professores de educação especial apresentaram níveis mais elevados nestes âmbitos, quando comparados com os professores de ensino geral e administradores. Perante este resultado, o autor do estudo sugere o aumento da experiência e da formação se relaciona com uma atitude mais favorável face ao autismo (Castela, 2013, p. 41).

O estudo de Flood e Bulgrin (2011) foi também mencionado na tese de Castela (2013). O mesmo teve como objetivo a construção e validação de uma escala de atitudes face ao autismo. No âmbito deste estudo de Flood e Bulgrin (2011) foi construída a SATA (Societal Attitudes Toward Autism), baseando-se no Autism Attitudes Inventory (AAI) e foi aplicada a 54 estudantes num estudo piloto. Os resultados deste estudo demonstram que a escala SATA é válida e fiável, sendo que apresentou consistência interna e validade dos constructos. A análise da validade da escala indica que as atitudes face ao autismo estão relacionadas, mas distinguem-se das atitudes face a outras incapacidades ou perturbações (Castela, 2013).

Para além dos estudos anteriormente descritos, Castela (2013) menciona também pesquisas que abordam o tema das representações sociais e atitudes na perspectiva de vários intervenientes ativos na inclusão de crianças com PEA no sistema de ensino regular. Neste âmbito, a autora aponta o estudo de Rodríguez, Saldaña e Moreno (2012), que se focou nas atitudes dos professores de educação especial face ao ensino de crianças com PEA e as suas necessidades de suporte. Os resultados do estudo revelaram que as atitudes dos professores de educação especial são, predominantemente, positivas face à educação de alunos com PEA, à sua capacidade para influenciarem o ambiente e o seu relacionamento com as famílias.

Castela (2013) teve em conta a carência de investigação neste âmbito considerando pertinente desenvolver um estudo onde investigou as representações sociais e atitudes face à educação e inclusão dos alunos com perturbações do espectro do autismo no sistema regular de ensino. Os resultados da investigação apontam que os participantes apresentarem representações sociais e atitudes realistas e positivas face às características desenvolvimentais, educação e inclusão das crianças com PEA, na medida em que os resultados obtidos em termos da concordância com a inclusão, dos benefícios da mesma, da falta de recursos nas escolas e da importância do trabalho colaborativo se revelaram de acordo com o que é descrito na literatura e com resultados de estudos anteriores. A

autora reconhece que o facto de existirem poucos estudos neste âmbito, bem como a ausência de estudos que avaliem as representações sociais e atitudes na população em geral ou em grupos de alunos podem ter refletido uma limitação ao nível da comparação dos resultados.

Apesar de a investigação revelar que a inclusão é uma das estratégias defendida como aquela que traz mais benefícios a todos os alunos e à comunidade, na sua globalidade, Castela (2013) refletiu que as escolas, e parte significativa da população, não se encontram em condições para assegurar uma inclusão adequada, em que os alunos se sintam realmente num ambiente de equidade e que tenham ao seu dispor profissionais e recursos materiais que respondam às suas necessidades e potenciem o seu desenvolvimento. É neste sentido que a autora considera relevante o conhecimento das representações sociais face às perturbações do espectro do autismo, uma vez que traz vários benefícios e medidas no sentido de continuar a desconstruir alguns mitos que se foram formando acerca da problemática.

CAPÍTULO 2 - MEDIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 IMPORTÂNCIA DAS NOTÍCIAS: A INFLUÊNCIA NAS PERCEÇÕES DO PÚBLICO

Os meios de comunicação de massa têm um lugar de destaque na sociedade, especialmente na construção de representações. Ao disseminarem informação, podem influenciar a construção de conhecimento e, conseqüentemente, as formas de interação social. O conhecimento pode ser adquirido através de interações pessoais, mas também pelos *media*, quer seja através da televisão, revistas ou jornais. Estes últimos são considerados fundamentais para influenciar o interesse público sobre determinados temas, quer sejam do âmbito geral ou específico. Os *media* em geral, e a imprensa em particular, seja ela escrita ou online, permitem construir diversos assuntos, influenciando o modo como as pessoas pensam sobre eles, e podendo, desta forma, contribuir ou destacar as desigualdades da sociedade.

Uma das características fundamentais de uma sociedade democrática é a liberdade de expressão que está associada ao direito de ser informado. Neste sentido, nasce a legitimidade da atividade jornalística. Através da narração crítica dos factos sociais, económicos, políticos e culturais, os *media* difundem socialmente visões sobre os mais variados assuntos.

A produção, interpretação e divulgação da informação gerada pelos *media*, para além de atribuir um sentido à realidade, é também concebida como um instrumento de progresso e um fator de desenvolvimento e coesão social. A informação transmitida pelos jornalistas requer transformação da chamada “informação virgem”, que circula entre os especialistas e a sociedade. A informação deverá ser rigorosa e deverá ser entendida. Neste sentido, o jornalista terá de compreender o discurso científico, recodificando-o para o público em geral numa forma mais simplificada, mas igualmente correta.

Na atual sociedade, a produção e circulação de conhecimento ocorre com rapidez, de maneira diversificada e muitas vezes estrangida pelos mais distintos interesses. É este cenário que torna importante o papel do jornalista, enquanto mediador entre o mundo e os cidadãos, ajudando os mesmos a estarem a par dos principais avanços científicos, a

reconhecerem a qualidade da investigação científica e fazerem melhores escolhas relativamente a riscos pessoais e comunitários (Ribeiro, 2020).

Em vista dos argumentos apresentados, o jornalismo carrega a função integradora para assegurar alguns pilares básicos que permitem criar uma consciência global de responsabilidade social coletiva, permitindo ao cidadão refletir e atuar sobre os temas que podem orientar o futuro de vida das comunidades humanas, tanto na imediata e local, como na distante e mundial (Amaral, 2012).

2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

O tema da comunicação em saúde surge nesta dissertação pela mesma representar um estudo sobre a cobertura jornalística de dois jornais portugueses (o *Jornal Público* e o *Jornal Expresso*), no que concerne ao tema da Perturbação do Espectro do Autismo.

A comunicação é considerada ponto-chave no processo social de cuidados de saúde e de promoção da saúde pública, criando, filtrando e partilhando informações diante da dimensão que os assuntos relacionados com a saúde adquiriram para a sociedade. Torna-se, então, necessário refletir sobre a prática do jornalismo nesta problemática. A relação entre a comunicação e a saúde é bastante complexa, sendo que atualmente existem numerosos canais de comunicação e a influência da comunicação nos resultados é poderosa.

Gary Kreps, considerado o pai da comunicação em saúde, começou por centrar os seus esforços no processo dos cuidados de saúde, nomeadamente nas relações entre médico e paciente e nas campanhas dos *media*, em detrimento de questões como as relações reais entre comunicação e resultados no campo da saúde. O desenvolvimento da área de investigação científica e campo de aplicação de estudo, acentuou a análise das influências poderosas da comunicação humana e da comunicação mediatizada relativamente aos cuidados de saúde e promoção da saúde (Gomes, 2018).

Tomé (2013, p.6) cita Ratzan (2001) para afirmar que comunicar em saúde significa “escolher a mensagem certa, para as pessoas certas, num momento certo e com um efeito definido”. A comunicação em saúde é exercida em cinco níveis fundamentais,

a nível intrapessoal, interpessoal, grupal, organizacional e social, e em distintos canais de comunicação: cara a cara, entre emissor e recetor; por membros de equipas de cuidados de saúde; através de e-mail ou telefone, pelos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, televisão, filmes) e agora através das novas tecnologias, onde as redes sociais podem assumir um papel fundamental. Por último, em diferentes locais de transmissão: casas, escritórios, escolas, clínicas e hospitais (Kreps 1998, como citado em Tomé, 2013).

Tomé (2013) enumera as características que distinguem a Comunicação na Saúde de outras vertentes da Comunicação. A primeira possui variáveis dependentes de estudo, onde a prevenção e o aumento da esperança média de vida são objetivos centrais. A comunicação em saúde tendo, uma natureza multidisciplinar, procura colaborar com escolas de saúde pública, medicina e marketing e tenciona intervir, a fundo, nos problemas de saúde enraizados na sociedade.

Para além das particularidades acima descritas, os comunicadores de saúde têm ainda de desenvolver habilidades que permitam alcançar e influenciar audiências diversas, nomeadamente populações em risco. Um outro factor a requerer atenção são os *media*, em particular o discurso jornalístico, pelo impacto que pode assumir na configuração dos temas.

2.3 JORNALISMO DE SAÚDE: CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

A Organização Mundial de Saúde (1998) distingue o jornalismo de saúde como uma área da comunicação na saúde, tal como a comunicação interpessoal, a *media Advocacia* ou a comunicação organizacional, mas também como uma especialização do jornalismo.

O jornalismo de saúde procura cobrir um contexto muito amplo e complexo, que envolve não só investigação biomédica e clínica, mas também assuntos de saúde pública, bem-estar, estilos de vida, políticas de saúde entre outras. O jornalista especializado em saúde tem a grande responsabilidade de determinar quais são os conteúdos informativos adequados às situações e aos públicos-alvo, e também de converter a mensagem que pretende ser transmitida de modo a promover, efetivamente a saúde e prevenir a doença.

Neste processo de transmissão da informação, o jornalismo em saúde enfrenta alguns desafios e constrangimentos, como a necessidade de especialização dos profissionais, tanto dos jornalistas como dos especialistas. No caso dos jornalistas que fazem a cobertura do tema da saúde, tem também o desafio de não focar demasiado na doença e apostar mais na informação que evidencie esforços ao nível da prevenção, políticas de saúde, educação para a saúde e o necessário debate sobre as condições económicas e socioculturais que podem conduzir a uma melhor qualidade de vida. Um outro desafio é a identidade cultural do jornalista, a cultura do profissional produtor da notícia, permeada por símbolos, mitos, crenças, valores e representações, não deve interferir nas notícias.

Um constrangimento que decorre no processo da produção da notícia são os conflitos no campo da linguagem. Os trabalhadores da área da saúde, os médicos, enfermeiros e outros profissionais acusam os jornalistas de uso de linguagem muito generalista, superficial e por vezes com alguns equívocos. Estes profissionais defendem que a linguagem tem de ser precisa e rigorosa, argumentam que não se trata apenas de uma forma de falar, mas que a linguagem usada reflete uma maneira de pensar a saúde. Por sua vez, faz parte da cultura profissional dos jornalistas trabalhar a informação com linguagem acessível. O discurso tem de se apresentar escrito de forma a ser entendido por um público heterogêneo e amplo. Se o discurso for entendido tende a dar sustentação a opiniões a respeito dos mais diversos assuntos, influenciar a atenção, conhecimento, atitudes, competências e comportamentos dos indivíduos. Neste contexto, o futuro do jornalismo de saúde passará não só pelas funções que os jornalistas adotarem, mas também pela relação estabelecida entre os jornalistas, cientistas e profissionais de saúde de forma que haja consenso na linguagem usada na notícia (Souza, 2015).

A escolha das fontes representa também um desafio no jornalismo de saúde, pois os jornalistas tendem a falar com as fontes que representam um poder dominante, promovendo a existência de confrarias e de elites, assim como a existência de grupos de fontes deixadas à margem e no silêncio.

Tomé (2013) menciona que os interesses políticos e económicos podem também revelar-se como um constrangimento, pois por vezes os jornalistas tendem a levar os leitores a cair numa teia de interesses, onde apresentam tratamentos milagrosos sobre algumas áreas específicas da saúde, o que leva muitas vezes, num contexto de total

desinformação, ao consumo desmedido de medicamentos e conseqüentemente obtenção de lucros e a atenuar a elevada importância da prevenção.

Contudo, apesar dos constrangimentos e desafios apontados, o jornalismo representa uma ponte que une, através da divulgação, uma área de saber altamente especializada como a saúde a um público nem sempre detentor de grande conhecimento neste campo. Por esse motivo, é necessária a transmissão de informações que envolvam as pessoas nos temas. Neste seguimento é possível afirmar que o jornalismo em saúde tem um papel crucial na literacia para a saúde do seu público e também para a compreensão de determinadas temáticas como é o caso da Perturbação do Espectro do Autismo.

2.4 A IMPORTÂNCIA DOS MEDIA NA PROMOÇÃO DA LITERACIA EM SAÚDE MENTAL

Segundo o dicionário de língua portuguesa, o conceito de literacia remete para a “capacidade de ler e escrever”, é sinónimo de “alfabetismo” e da “capacidade de usar a leitura e a escrita como forma de adquirir conhecimentos, desenvolver as próprias potencialidades e participar ativamente na sociedade” (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico, 2016). A abrangência do conceito de literacia reivindicou-se e passou a ser enquadrada numa perspectiva mais vasta de desenvolvimento humano enquanto criador e garante da liberdade. Assim entendida, a literacia promove a socialização dando acesso a bens culturais, sendo por isso um factor propulsor do exercício consciente da cidadania (Monteiro, 2009).

A literacia aplicada ao campo da saúde é também definida como uma capacidade. A literacia em saúde apresenta-se como um conceito transversal a diversas disciplinas, nomeadamente, educação, comunicação em saúde, ciência comportamental, medicina, linguística, saúde pública, antropologia, sociologia e psicologia (Flaherty, 2011, como citado em Almeida, 2015).

Por definição a Organização Mundial da Saúde determina que “literacia em saúde representa o conhecimento e as competências que determinam a motivação e a capacidade

dos indivíduos a terem acesso, compreenderem e usarem informação de modo a promover e a manter a saúde bem” (OMS, 1986). Após apresentada a definição e a importância da literacia em saúde, é visível a existência de necessidade em criar medidas que promovam a divulgação da mesma entre a população, isto porque “a baixa literacia em saúde pode ter consequências não só para os indivíduos e os sistemas de saúde, mas para a sociedade em geral” (Monteiro, 2009, p. 30).

A saúde engloba não só o bem-estar físico e social, mas também mental. A saúde mental não se define apenas pela ausência de perturbação. A Organização Mundial de Saúde define a mesma como “um estado de bem-estar no qual o indivíduo se apropria de todas as suas próprias capacidades, para poder lidar com o stress normal do quotidiano, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir positivamente para a comunidade em que se insere” (OMS, 2001).

A importância da promoção da literacia em saúde mental exprime-se no facto de “o reduzido nível de literacia em saúde mental, associado ao estigma e preconceito contribuem para o agudizar das perturbações mentais, na medida em que impedem o reconhecimento precoce das mesmas e influenciam o comportamento de procura de ajuda” (Loureiro, 2012, p.12, como citado em Almeida, 2015).

Estudos realizados nos Estados Unidos da América e na Austrália referem que os jornais são a principal fonte de informação sobre perturbações mentais, inclusive para os outros media, e que, por isso, são responsáveis pela construção da forma de pensar dos públicos e também, de certo modo, pelas políticas públicas dirigidas às formas de tratamento e acompanhamento das pessoas que sofrem de perturbações mentais (Blood, 2002; Wahl, 2003; Blood & Holland, 2004; Kline, 2006, como citado em Ferro, 2013).

Face à prevalência das perturbações mentais e ao seu impacto a vários níveis, a saúde mental é considerada uma prioridade de saúde pública, contudo, verifica-se a falta de conhecimento sobre questões de saúde mental na população em geral. Esta ausência de conhecimento na área da saúde mental pode traduzir-se num atraso na procura de ajuda apropriada, em dificuldades de comunicação com profissionais de saúde e de adesão aos tratamentos e, ainda, no recurso a intervenções inadequadas (Vasconcelos, 2016).

A principal diferença entre a abordagem de outros temas de saúde e a saúde mental em específico é que esta última não apresenta medidas prescritivas simples para modelar uma história de sofrimento mental “boa” ou “positiva”, ao contrário por exemplo do tema da imunização ou alimentação saudável, onde o público pode ser direcionado para ou afastar-se de certas práticas (Carmichael et al., 2019). Ainda que a abordagem ao tema de saúde mental não apresente medidas prescritivas simples, o papel dos *media* neste tema pode passar pela promoção de abordagens “anti estigma” de longo prazo que incluam um tratamento baseado nos direitos humanos, normalização e educação.

Neste sentido, os *media* podem ter um papel relevante na construção de conhecimento, na criação de atitudes favoráveis e na mudança de comportamentos. Para este acontecimento ser bem-sucedido, é necessário um envolvimento mais ativo dos profissionais de saúde mental na articulação com a comunidade jornalística. Este envolvimento é necessário porque os *media*, tendo uma grande responsabilidade social, terão de ser cuidadosos e rigorosos na informação transmitida. Embora psiquiatras e outros agentes de saúde façam vídeos educativos, escrevam artigos em jornais e blogues, participem de seminários, painéis de discussão direcionados à educação da população não médica, raramente são consultados pelos canais convencionais que são utilizados pela maioria da população em geral (Rocha Silva et al., 2005).

2.5 OS MEDIA E O ESTIGMA DA DOENÇA MENTAL

Como mencionado anteriormente, um dos principais obstáculos à promoção da saúde mental é o estigma associado às perturbações mentais, este é normalmente adquirido na infância e é essencialmente constituído por três componentes: as crenças negativas das pessoas face à pessoa com perturbação mental, as respostas cognitivas e emocionais dos estereótipos, os chamados preconceitos, e também a discriminação que é, no fundo, a consequência comportamental do preconceito (Vasconcelos, 2016).

O estigma pode ser visto como as más representações que a sociedade faz da doença, levando os indivíduos a nutrir atitudes e sentimentos negativos, tais como o preconceito, a discriminação, a exclusão, a culpa, o medo, a cautela e até a repugnância pelas pessoas com doença ou perturbação mental. Este fenómeno leva a que as pessoas

com doença mental sejam privadas da sua dignidade e participação plena na sociedade, porque, para aqueles que estigmatizam, ter uma doença mental significa incapacidade profissional e, por conseguinte, incapacidade produtiva e cultural (Bento, 2014).

Bento (2014) cita o autor Baun (2009) para afirmar que foram realizados estudos no Estados Unidos da América que concluíram que os meios de comunicação social são a fonte de informação pública mais significativa acerca da doença mental.

Os meios de comunicação social usam, por vezes, linguagem sensacionalista que tende a perpetuar mitos e estereótipos acerca da doença mental, promovendo medo e estranheza na comunidade, para além de suposições incorretas (Bento, 2014). A falta de conhecimento acerca das patologias mentais faz com que os meios de comunicação social consigam transformar alguns assuntos de saúde mental em problemas de segurança, capitalizando medo, violência e irracionalidade na comunidade, contribuindo mais ainda para a incompreensão da doença em questão (Baun, 2009, como citado em Bento,2014).

Ao longo da sua dissertação, Bento (2014) menciona algumas características negativas que os meios de comunicação social atribuem a indivíduos com doença mental, tal como imprevisibilidade. Muitas vezes é transmitida a ideia de que os doentes mentais são imprevisíveis, como tal devemos ter cuidados redobrados quando estamos com eles e inclusivamente “medir as palavras”. A improdutividade é uma outra característica que os *media* frequentemente associam ao doente metal, expondo que as pessoas com doença mental não são capazes de produzir o que quer que seja, seja em que contexto for e que são incompetentes e, por vezes são também classificados como sendo antissociais.

Regularmente os *media* passam também a ideia de que as pessoas com doença mental são vulneráveis, sendo representados muitas vezes como sendo incapazes de controlar algumas situações, podendo vir a ser vítimas de assédio, manipulação e acusação. Uma outra particularidade que os meios de comunicação manifestam acerca da pessoa com doença mental é que estas são infantis, não sendo capazes de tomar conta delas próprias, necessitando sempre de acompanhamento, são tratadas como se fossem crianças. Estas pessoas são muitas vezes representadas como sendo marginais, incapazes de se integrar na restante sociedade entendendo que não são “boas pessoas” e desejam constantemente fazer mal (Bento,2014).

Bento (2014) concluiu no seu estudo que os meios de comunicação social desempenham um grande papel na perpetuação do estigma, especialmente associado à doença mental e que as representações negativas que os media têm apresentado ao longo dos últimos anos detêm um impacto direto na vida das pessoas com doença mental. Neste seguimento, a autora apresenta estratégias para travar e reduzir o estigma associado à doença mental. Para a autora, seria fundamental que a população em geral começasse por tentar travar atitudes discriminatórias e preconceitos em relação ao doente mental, em vez de estigmatizar, deve apoiar, reabilitar e integrar o doente. A autora acrescenta que as estratégias anteriores seriam mais facilmente implementadas se houvesse investimento na Educação para a saúde, pois educar para a saúde significa intervir na cultura dos indivíduos, quer dizer, sobre os seus conhecimentos, seus valores, suas crenças, sentimentos e comportamentos. Através desta medida seria possível substituir mitos acerca da doença mental por conceções corretas e fiéis à realidade, permitiria que as crianças desde cedo compreendessem a realidade das doenças mentais e poderiam revelar outro tipo de sensibilidade em relação às mesmas. Bento (2014) sugere que nesta disciplina poderiam mostrar-se as várias realidades acerca das doenças, com relatos reais de doentes e ainda podendo contar com a participação de muitos intervenientes como psiquiatras, psicólogos, antropólogos, advogados, jornalistas, enfermeiros, etc.

Uma outra estratégia que Bento (2014) menciona é a importância do contacto direto. Refere, por exemplo que seria positivo se a opinião pública fosse muitas vezes desafiada a estar em contacto direto com indivíduos com doença mental, ouvindo as suas experiências e os seus problemas e, por conseguinte, mostrando o seu verdadeiro núcleo. O protesto é a última estratégia nomeada pela autora, que considera que a realização de campanhas de sensibilização e eventos sociais que promovam o anti estigma, podem revelar-se numa medida bastante eficaz no combate e redução do estigma.

Nestes processos, os meios de comunicação social podem desempenhar um importantíssimo papel, como agentes essenciais para promover a mudança na formação de atitudes do público face à doença mental. É primordial que os meios de comunicação passem a explicar o que acontece quando existem questões de âmbito psicológico em vez de associá-las a aspetos negativos. Desta forma, estariam a contribuir para a compreensão de certas patologias mentais, fazendo com que as pessoas olhassem para elas de modo diferente, contribuindo para a diminuição do medo e da estranheza que as mesmas podem

indicar. Por conseguinte, estaria a proceder-se a uma aproximação às pessoas com doença psicopatológica (Bento, 2014, p.65).

CAPÍTULO 3 - A PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA IMPRENSA PORTUGUESA: METODOLOGIA

Entre os vários tipos de *mass media*, os jornais desempenham um papel importante na compreensão e nas representações sobre saúde em geral, mas também na saúde mental. Têm a capacidade de fornecer diariamente informação sobre esta área a um público abrangente. Os textos divulgados pela imprensa têm uma particularidade interessante comparativamente a outros meios de comunicação social: não remetem apenas para a simples estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas, mas antes para a determinação, no público, de conhecimentos precisos e menos fragmentados, com maior aptidão para fixar o contexto dos acontecimentos. Com uma eficácia cognitiva mais duradoura, a informação escrita fornece aos leitores, e aos outros *media*, uma indicação de importância sólida, constante e visível dos acontecimentos e respetivos enquadramentos interpretativos. Por estas propriedades, a imprensa escrita tem uma capacidade de complemento e de propagação de conteúdos em relação aos outros meios de comunicação social (Silva & Batista, 2018).

Tendo em conta a importância da imprensa na capacidade de informar a sociedade, verificou-se a importância de analisar como a mesma faz a cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo. O presente trabalho de investigação comporta dois objetivos fundamentais. O primeiro, de índole descritiva, procura identificar padrões de referência à Perturbação do Espectro do autismo em dois jornais nacionais, ao observar, registar e analisar notícias sobre o tema. Este trabalho utiliza análise de conteúdo, debruçando-se sobre o enfoque temático de dois jornais portugueses relativamente à PEA. O segundo objetivo de natureza explicativa tenta definir como é representada a PEA, nas peças noticiosas do *Jornal Público* e do *Jornal Expresso*.

Neste capítulo descrevemos a metodologia utilizada para a execução da investigação. Numa primeira parte será apresentado o conceito de metodologia, seguida da apresentação dos princípios metodológicos e dos métodos utilizados na presente

investigação. Em seguida são mencionados os objetivos e a pergunta de partida da investigação. Posteriormente é apresentada a caracterização da amostra, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos utilizados no estudo.

3.1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como objetivo específico apurar como tem sido feita a cobertura noticiosa sobre o tema da Perturbação do Espectro do Autismo, em diferentes títulos da imprensa portuguesa.

O autismo é um tema de saúde pública. Segundo o psicólogo Pedro Rodrigues, numa entrevista à *Sic Notícias*, o número de diagnósticos da Perturbação do Espectro do Autismo é cada vez maior, não porque haja mais pessoas com autismo atualmente, mas sim porque existe a realização de mais diagnósticos. Neste propósito, é importante que a sociedade conheça as características desenvolvimentais destas pessoas para evitar mitos e preconceitos, seja com a família, os seus cuidadores e até com o próprio autista (Santos, 2020).

A Perturbação do Espectro do Autismo apresenta uma multiplicidade de características que potenciam o aparecimento de notícias envolvendo a temática. Assim, são por vezes publicados artigos, notícias e outro tipo de documentos que procuram descrever a etiologia desta perturbação. No entanto, a informação sobre as características das pessoas com PEA nem sempre é a correta. Importa, por isso, compreender a informação que circula.

O papel dos meios de comunicação torna-se importante uma vez que produzem, armazenam e fazem circular informações e notícias diárias, que chegam até aos indivíduos, que por sua vez “consomem” a informação e a partir da mesma constroem e reconstroem novos significados no contexto da sua vida privada e coletiva. Ou seja, durante o processo de transmissão de informação, os *media* constroem representações sociais sobre diversos temas, criando visões sociais sobre os temas, por vezes, estereotipadas.

Neste sentido é reforçada a importância da influência dos meios de comunicação com vista a conseguir aprimorar a qualidade de vida de todos os cidadãos acometidos por perturbações e síndromes. Afinal, o conhecimento é fundamental para lidar com as dificuldades geradas pelas condições médicas provocadas pelo autismo e similar.

Neste enquadramento investigativo, surge a pertinência de analisar a forma como o jornalismo português, aqui representado pelo *Jornal Público* e o *Jornal Expresso*, (nas suas edições impressas e digitais) aborda a Perturbação do Espectro do Autismo.

Partindo desta preocupação, elaboramos um conjunto de questões:

Q1 - Que padrões podemos identificar na cobertura jornalística sobre a Perturbação do Espectro do Autismo?

Q2 - Como é representada a Perturbação do Espectro do Autismo nas peças noticiosas dos dois jornais portugueses?

Para cada uma destas questões criaram-se as seguintes subquestões:

1. Que atenção é dada ao tema? Com que frequência é abordado? Qual a distribuição mensal das peças?
2. Que géneros jornalísticos predominam?
3. Sob que perspetivas é trabalhado o tema? Em que rubricas surge enquadrado?
4. As peças são assinadas? Pela redação ou por agência?
5. Quem são os protagonistas das peças? Quem fala sobre o tema? Quais as fontes mais frequentes? Qual o lugar dado aos especialistas na construção de discurso sobre a PEA?
6. Como é representada a perturbação? São referidas as características da PEA? E as causas/etiologia do autismo aparece referenciado?
7. Estão representadas estratégias de intervenção (em múltiplos contextos)?

3.2 METODOLOGIA

Num processo de investigação é importante referir e explicar detalhadamente os princípios metodológicos e aos métodos utilizados. Neste capítulo, inclui-se, por isso, toda a explicitação e fundamentação no que diz respeito às opções metodológicas e ao processo de construção do presente estudo. A metodologia de investigação caracteriza-se pela seleção da técnica da recolha de dados, que devem ir ao encontro dos objetivos previamente definidos e ainda perceber os fenómenos alvo de investigação (Sousa & Baptista, 2011).

Dado que a escolha da metodologia se deve fazer em função da natureza do problema a estudar, no presente estudo verificou-se a necessidade de cruzar ferramentas de recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos, numa metodologia mista. A técnica de investigação utilizada foi a análise de conteúdo. Considerando o objetivo da presente investigação, constatou-se ser oportuno recolher dados quantitativos e qualitativos de modo a encontrar respostas para as questões colocadas no subcapítulo anterior.

Segundo Ferin (2012), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação, aplicável a todos os conteúdos dos meios de comunicação, que tem como finalidade a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto. A análise de conteúdo objetiva quantificar e tratar estatisticamente dados recolhidos num conjunto alargado de textos (impresso, visuais sonoros, etc.) com vista a construir inferências e interpretações (Ferin, 2012, p.83).

Câmara (2013) defende que a análise de conteúdo sofreu influências da busca da cientificidade e da objetividade recorrendo, inicialmente, a um enfoque quantitativo que lhe atribuía um alcance meramente descritivo.

Houve outras tentativas de aprimoramento, aprofundando o significado, regras e princípios do método. A análise de conteúdo passa a ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção

(variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin,1994, como citado em Rocha Silva et.al.,2005).

A aplicação da técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais apresenta-se como uma ferramenta útil à interpretação quer de documentação quer das percepções dos atores sociais. O papel de interpretação da realidade social configura ao método de análise de conteúdo um importante papel como ferramenta de análise na pesquisa nas ciências sociais aplicadas. O método da análise de conteúdo não tem um esquema rígido de utilização, o que permite ao cientista social utilizar esta flexibilidade, permanecendo o compromisso de imprimir nitidez ao quadro teórico e a postura metodológica (Silva, 2005, como citado em Câmara,2013).

A presente investigação priorizou a adoção de métodos quantitativos e qualitativos por atender melhor à problemática definida para a pesquisa. Quanto à investigação quantitativa, a sua aplicação requer a existência de recolha de dados de análise de medidas quantificáveis. Coutinho (2014) defende que a mesma se centra na análise dos factos e fenómenos observáveis, na mediação/avaliação de variáveis no decurso do processo de investigação. Na presente investigação, a técnica quantitativa permite contabilizar alguns dados como o número total de peças que constitui a amostra, a diferença do número de publicações entre os dois jornais. Outro exemplo que esta técnica permite é a possibilidade de avaliar tendências, como por exemplo a distribuição temporal de peças ou tendências de recursos a fontes.

No que se refere aos métodos qualitativos, Serrano (2004) defende que estes detêm o seu foco na compreensão e interpretação sobre como os factos e os fenómenos se manifestam. No fundo, com a aplicação deste método não se pretende efetuar generalizações, mas sim de particularizar e compreender os fenómenos e os sujeitos na sua complexidade e singularidade. A técnica qualitativa permite, por exemplo, gerar reflexão sobre a forma que a Perturbação do Espectro do Autismo surge representada na cobertura jornalística no período do estudo.

Ou seja, procurou-se, por um lado, uma abordagem quantitativa para contabilização de alguns dados e avaliação de tendências, por outro, desenvolver uma abordagem qualitativa para reflexão sobre a forma como a Perturbação do Espectro do

Autismo surge representada. Procurou-se avaliar a intensidade da cobertura, o agendamento do tema, mas também o seu enquadramento e formas de representação.

3.3 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*

Para estudar a cobertura jornalística sobre o tema da Perturbação do Espectro do autismo foram selecionados dois jornais: o *Jornal Público* e o *Jornal Expresso*. A escolha justifica-se por serem publicações de referência e apresentarem um carácter generalista e nacional, com diferentes periodicidades. Em termos de recolha de dados, foram selecionadas as versões imprensa e online do mesmo período de tempo, entre o mês de janeiro e o mês de dezembro de 2019, e entre o mês de janeiro e o mês de julho do ano de 2020. Ou seja, definiu-se como período de estudo o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020.

A escolha do período em estudo deve-se à atualidade do tema, interessa para esta investigação deter um recorte temporal atual. Para além disso, selecionou-se o período imediatamente anterior ao início da investigação.

A recolha de peças foi executada com o apoio da empresa CISION⁵, através das palavras-chave fornecidas (Asperger; Autismo, Perturbação do Espectro do Autismo), nos dois jornais nacionais (*Jornal Público* e *Jornal Expresso*). Durante o período em análise (2019 e primeiro semestre de 2020) a busca das peças noticiosas dos dois jornais que cobriam o tema da PEA, resultou em 71 peças no total. Posteriormente, foi feita uma seleção, da qual resultou a exclusão de 3 peças, por estas não se referirem à Perturbação do Espectro do Autismo. Estes artigos continham de facto a palavra autismo, mas o tema não estava diretamente relacionado com a Perturbação do Espectro do Autismo, (e.g. Autismo americano) e (e.g. “não percebo o silêncio. O ministério da saúde está em autismo completo). Após a seleção verificou-se a existência de 68 peças. Contudo, o resultado das 68 peças como número total de artigos dos dois jornais daria a ideia errada de que se tratava de 68 peças totalmente distintas, o que não corresponderia à verdade,

⁵ CISION- empresa de relações públicas e uma empresa de *software* de media e prestadora de serviços.

porque algumas das quais estavam repetidas na edição online e impressa. Assim sendo, foram contabilizadas apenas como uma as que se apresentavam em ambas as versões (tanto impressa como online). Desta forma, da pesquisa nas publicações impressas e digitais destes dois jornais, resultou um corpus de análise constituído por 53 artigos, que foram objeto da nossa análise.

Tabela 1 - Total de artigos analisados

Jornal Público	Jornal Expresso	Total de Artigos Analisados
32	21	53

O *Jornal Público* é considerado atualmente um jornal de referência pela predominância de temas políticos, sociais, económicos e culturais, o perfil do leitor urbano de médio e alto nível de escolaridade (Ribeiro, 2006, como citado em Graça, 2017). O leitor do *Jornal Público* é em média mais novo que o leitor-tipo do *Jornal Expresso* (Graça, 2017).

O *Jornal Expresso* é considerado também um jornal de referência. O jornal referido segue a linha editorial dos jornais dominicais ingleses *The Sunday Times* e *The Observer*, que se centram no objetivo de informar de forma explicativa, ou seja, dando muitas notícias, analisando-as e interpretando-as. Apesar de se inscrever nas novas condições digitais da tecnologia e dos *media*, é realizado de forma muito particular, dada a sua histórica ligação a um formato mais impresso. A diferença entre os dois jornais pode ser explicada por ter um modelo de produção jornalística diferenciado. O *Jornal Expresso* é semanário e o *Jornal Público* é diário, embora tenham ambos edições digitais com atualização permanente de conteúdos.

3.4 PROCEDIMENTOS

Esta fase do trabalho de investigação consiste na construção do instrumento capaz de recolher ou de produzir a informação prescrita pelos indicadores. Esta operação apresenta-se de diferentes formas, consoante se trate de uma observação direta ou indireta (Quivy, 2005). No presente estudo, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo como acima referido. A utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, a primeira fase é a pré-análise, é onde o investigador começa por organizar e a realizar um esquema de trabalho, de forma precisa, com procedimentos bem definidos embora flexíveis. Nesta fase, é realizado o primeiro contacto com os documentos que serão submetidos para análise, a sua escolha, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. A segunda fase da análise de conteúdo designa-se por exploração do material, nela são escolhidas as unidades de codificação. Nesta fase começa-se por realizar a codificação, a classificação e a categorização. A última e terceira fase da análise de conteúdo é o tratamento dos resultados, onde decorre a inferência e a interpretação, ou seja, nesta fase o investigador tenta tornar os dados significativos e válidos. As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (Bardin, 2011, como citado em Câmara, 2013).

Numa primeira fase do trabalho foi definida a problemática a estudar, a representação mediática da Perturbação do Espectro do Autismo. Através de um conjunto de palavras-chave a empresa CISION operou uma primeira filtragem dos artigos publicados do *Jornal Público* e do *Jornal Expresso* no ano inteiro de 2019 e no primeiro semestre de 2020. Após o primeiro contacto com os artigos fornecidos, foi feita uma leitura atenta dos mesmos. Após a leitura atenta dos artigos, foi realizada a seleção do corpus final, com vista a eliminar repetições de artigos e artigos não relacionados, chegando-se ao corpus de análise final, constituído por 53 artigos.

Numa segunda fase, com o intuito de desenvolver uma análise que permitisse descrever os padrões de cobertura jornalística sobre a Perturbação do Espectro do autismo, foram definidas variáveis para analisar o conteúdo da amostra. As variáveis

definidas encontram-se organizadas em dois grupos: variáveis de forma (distribuição temporal, género jornalístico e autoria) e variáveis de conteúdo (temática; rúbricas; fontes; protagonistas).

1. Variáveis de Forma:

1.1 Distribuição temporal: A variável temporal insere na observação de como se estabelecem as rotinas temporais, permite a associação de valores-notícia de tempo à temática da Perturbação do Espectro do Autismo. A análise desta variável é considerada revelante porque permite perceber quando existem mais ou menos publicações de artigos que fazem cobertura ao tema da PEA. Ao analisar os dados que esta variável fornece é também possível relacionar as datas das publicações com acontecimentos específicos que justifiquem o aumento ou a diminuição da publicação artigos sobre o tema.

1.2 Género Jornalístico: Indicadores: notícia, reportagem, entrevista e textos de opinião. O género em que uma peça é apresentada sugere o grau de investimento editorial e indicia rotinas de produção (Ribeiro, 2020). A autora Maria Caleiro (2005) refere que cada género jornalístico assenta em diferentes estratégias textuais orientadas para os leitores, criando “horizontes de expectativas” relativamente a determinadas formas como o discurso é organizado, adequam-se também os procedimentos textuais, como por exemplo certos pronomes, formas de modelação, etc., relevando o tratamento geral da informação.

1.3 Autoria: Os indicadores para esta variável são: sem autoria, com autoria, agência ou agência com redação. Ribeiro (2020) afirma que a forma como as peças são assinadas pode fornecer elementos sobre rotinas de produção, valorização ou desvalorização de certos temas sobre outros (Ribeiro, 2020). Esta variável foi considerada relevante para a presente investigação, pois a forma como o documento é assinado pode fornecer elementos sobre o tipo de investimento que os jornais fazem quando realizam a cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo (uma peça assinada representa maior valorização do que uma não assinada).

2. Variáveis de Conteúdo:

2.1 Temática: Esta variável pretende identificar o maior ou menor foco dado ao tema, indicadores de possíveis agendamentos de valores-notícia.⁶ Neste estudo, pretende-se analisar se nas peças noticiosas selecionadas na amostra descrita a Perturbação do Espectro do Autismo aparece como tema principal ou como tema secundário.

2.2 Rubricas: Na linguagem jornalística não se atribui o nome rubrica à palavra que geralmente é colocada no topo da página dando o direcionamento para o assunto tratado ou designando a editoria, o nome correto é *Cartola*, mas também conhecida como *chapéu* ou *retranca*. Nesta investigação, o conceito “rubrica” remete palavra ou palavras utilizadas acima do título da matéria para definir o assunto dela. Através da análise desta variável é possível o entendimento que o jornal tem relativamente ao tema, ao colocá-las nas diferentes secções (Interesse geral, Psicologia, Ciências, Neurociências, Educação, Saúde, Genética, etc.). Segundo Gomes (2018), a categorização segue o ângulo da notícia, podendo o mesmo tema estar em âmbitos diferentes. Cabe a cada autor das peças decidir em que âmbito incluir a temática

2.3 Fontes: A relação entre as fontes de informação e as organizações noticiosas, constitui um foco crucial dos estudos jornalísticos, sendo que as fontes de informação são determinantes na imposição dos seus acontecimentos e problemáticas na agenda do jornalismo. Quanto mais fortes forem os recursos que possuem (grau de institucionalização, base financeira, capital cultural, legitimidade, autoridade, respeitabilidade, rede de contactos) maior acessibilidade aos *media* costumam ter. O reconhecimento das fontes depende da sua notoriedade, testemunho ou especialização independentemente de serem uma organização, um grupo social ou uma pessoa (Charaudeau, 2009, como citado em Ribeiro, 2020). Através desta variável pretende-se averiguar o tipo de fontes a que os jornais recorrem quando realizam a cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo. Esta variável permite ter a perceção de “quem” tem voz quando se fala do tema, ou seja, quem fala sobre o mesmo. Que lugar é dado aos especialistas.

⁶ Valores-notícia são atributos intrínsecos aos fatos que os potencializam como candidatos à notícia (Langbecker et al., 2019).

Para o presente estudo, considerou-se pertinente utilizar a tipologia de fontes proposta por Schmitz (2011): 1) fontes oficiais, 2) fontes especializadas-institucionais, 3) fontes especializadas não institucionais, 4) fontes de referência e 5) sociedade. De forma que seja claro e perceptível a constituição das fontes, seguem as definições:

- 1) **Fontes Oficiais:** são as fontes que ocupam cargos institucionais públicos por nomeação. Este tipo de fontes está relacionado com os órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)
- 2) **Fontes Especializadas:** são as fontes que falam com conhecimento de causa em relação a um determinado assunto em que são especialistas. Schmitz (2011), cita Sponholz (2008), para reforçar que as fontes especializadas, são pessoas de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido.
- 3) **Referência:** A fonte de referência aplica-se à bibliografia, documento ou media que o jornalista consultou. O jornalista usa este tipo de fonte para fundamentar os conteúdos jornalísticos e alimenta a narrativa, agregando desta forma as razões e ideias que apresenta.
- 4) **Sociedade:** Este tipo de fontes não são especializadas, não representam qualquer instituição, e não são nomeadas pelo governo. São cidadãos que são ouvidos, e que de alguma forma estão relacionados com os assuntos trabalhados, a título individual.
- 5) **Institucional:** Segundo Schmitz (2011), este tipo de fonte representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. “Normalmente, a fonte institucional busca os media para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros” (Schmitz, 2011, p.10).

2.4 Protagonistas: O protagonista de uma notícia é visto como aquele que merece mais atenção e de quem se fala (Caleiro,2005, como citado em Ribeiro, 2020). No presente estudo, procura fazer-se o levantamento de quem são estes atores sociais mais presentes, mencionado também os que se apresentam ausentes. Esta categoria pretende

referenciar quem merece a atenção nos discursos mediáticos dos dois jornais portugueses quanto à temática da PEA.

Paralelamente à observação destas variáveis, pretende-se a análise qualitativa das representações sobre a perturbação do espectro do autismo construídas nos textos em análise, procurando compreender que visão/visões estes textos constroem sobre a perturbação.

A terceira fase do método da análise de conteúdo, tal como referido anteriormente é o tratamento dos resultados. O mesmo será descrito no capítulo 4 da presente investigação.

CAPÍTULO 4 - A PERTURBAÇÃO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA IMPRENSA PORTUGUESA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

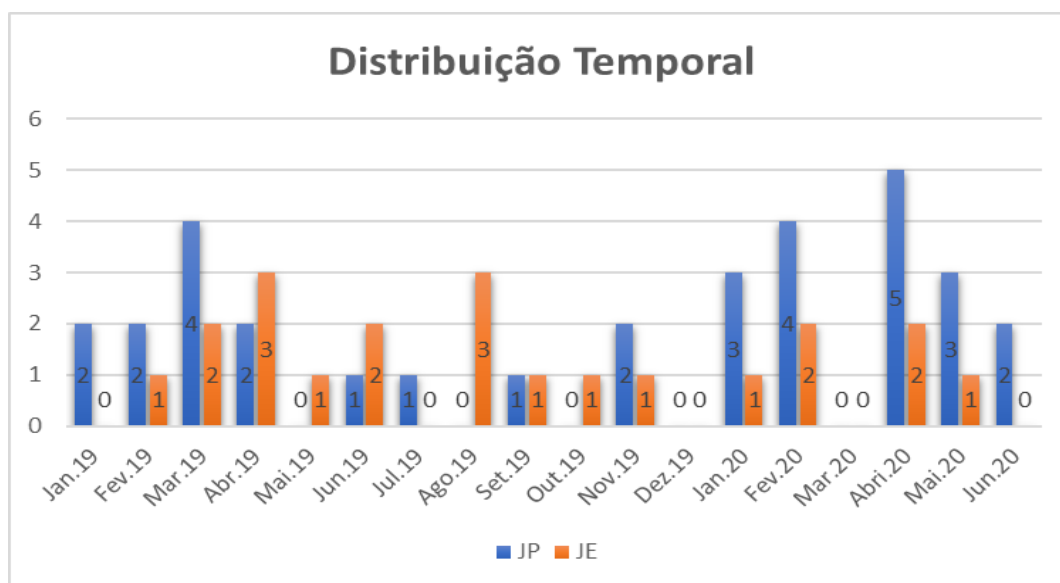
O capítulo quatro da presente dissertação irá dedicar-se à apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação. Para tal apresentaremos os resultados tendo em conta as variáveis de forma (Distribuição Temporal, Géneros Jornalísticos e Autoria) e de conteúdo (Temática, Rúbricas, Protagonistas e Fontes). De seguida, serão analisados e discutidos os dados encontrados, dando resposta às questões de partida: “Q1-Que padrões podemos identificar na cobertura jornalística sobre a Perturbação do Espectro do Autismo; Q2- Como é representada a Perturbação do Espectro do Autismo nas peças noticiosas dos dois jornais portugueses?”.

4.1 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL

Em primeiro lugar, será analisada e discutida a variável que representa a distribuição temporal das peças noticiosas entre o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020. Os resultados que surgirão desta variável possibilitam dar resposta à primeira subquestão colocada “1- Que atenção é dada ao tema? Com que frequência é abordado? Qual a distribuição mensal das peças?”.

Após a análise, foi possível observar que a distribuição não é constante ao longo do período de tempo em estudo, como é perceptível no Gráfico nº 1 – Distribuição Temporal dos artigos.

Gráfico 1 - Distribuição Temporal dos Artigos



Durante o período de tempo em estudo, verifica-se um maior número de artigos no primeiro quadrimestre de 2019 e no primeiro quadrimestre de 2020, com uma redução nos meses de maio a dezembro. Verifica-se que existe um número mais elevado de artigos nos primeiros seis meses do ano de 2020 do que no período homólogo de 2019. Em dezembro de 2019 e em março de 2020 não houve artigos publicados nos jornais em estudo. Abril de 2020 foi o mês com mais artigos publicados com a temática em estudo, provavelmente, como veremos, decorrente do contexto pandémico.

O gráfico nº 1 indica que, no ano de 2019, os dois jornais apresentam um igual número total de publicações de artigos (15), relacionados com a Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Em termos de volume do número de peças no ano de 2020, destaca-se uma diferença significativa entre o *Jornal Público* e o *Jornal Expresso*, o primeiro divulgou um total de 17 artigos e no segundo foram publicados seis artigos.

Ao analisar comparativamente os primeiros seis meses do ano de 2019 e o igual período de 2020, existe uma diferença no número de artigos publicado no mês de março. Em 2019 o mês apresenta mais artigos publicados sobre o tema do que no mês de março de 2020, onde se regista ausência de artigos sobre o tema. Esta ausência poderá estar, como referido, relacionada com o início da pandemia da Covid-19 em Portugal, que trouxe a público a reflexão sobre ausência do apoio escolar para estas crianças e jovens.

No mês seguinte era expectável que houvesse um aumento do número de publicações sobre o tema da Perturbação do Espectro do Autismo e que a temática estivesse retratada como tema principal, uma vez que decorre a celebração do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo (2 de abril). O gráfico n.º 1 evidencia que o mês de abril de 2019 é o segundo com o maior número de publicações onde o tema do autismo aparece referido. No entanto, a análise de conteúdo das peças noticiosas revela que num total de cinco artigos (dois do *Jornal Público* e três do *Jornal Expresso*), apenas um apresenta o tema da Perturbação do Espectro de Autismo como principal.

O único artigo que exhibe a temática da PEA como tema principal no período acima descrito, e também o único que faz uma breve ligação entre o mês de abril e a patologia, foi divulgada pelo *Jornal Expresso* no dia 15 de abril de 2019. A notícia tem como título “*Células do Cordão umbilical são nova esperança no tratamento do espectro do autismo*”, onde o autor da peça começa por fazer referência ao mês de abril como “o mês Mundial do Autismo” e, nessa sequência, considera ser revelante apresentar um estudo desenvolvido por Joanne Kurtzberg, uma hematologista pediátrica que veio a Portugal divulgar a sua investigação em curso sobre a utilização de sangues do cordão umbilical, próprio ou compatível, em terapias regenerativas do cérebro, onde alega ter conclusões promissoras em especial em crianças com paralisia cerebral e espectro do Autismo.

O artigo referido não é esclarecedor no que respeita às características da Perturbação do Espectro do Autismo. Apesar de ter como título o nome da patologia, a investigação mencionada na notícia não se debruça especificamente sobre a PEA, o que é evidente ao logo da peça. Para além disso, a patologia não é devidamente explicada ao leitor, o que poderá levar à criação de dúvidas, ao invés de esclarecimento.

No ano de 2020, o mês de abril aparece efetivamente como o mês com maior número de publicações sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, com um total de sete artigos (cinco do *Jornal Público* e dois do *Jornal Expresso*). Contudo, como no mesmo período de 2019, o tema aparece maioritariamente como secundário, sendo que num total de sete artigos apenas um divulga o tema como principal.

É interessante reportar que todos os artigos publicados no mês de abril de 2020 pelo *Jornal Público* inserem a Perturbação do Espectro do Autismo na rubrica do “Coronavírus”, conforme já foi referido. Quatro dos cinco artigos divulgados no período

acima descrito relatam diferentes desafios sentidos pelos cuidadores de indivíduos com necessidades específicas ou perturbações. No primeiro artigo do mês de abril divulgado pelo *Jornal Público*, onde é mencionada a Perturbação do Espectro do Autismo, a mesma surge relacionada com a Covid-19. Trata-se de um texto de opinião que alerta para a rápida publicação de vários artigos científicos sobre a Covid-19. O autor menciona que tem de se colocar em causa a veracidade de alguns artigos científicos sobre o tema da pandemia, dando o exemplo da publicação de um artigo, na revista *The Lancet*, onde o médico Andrew Wakefield que relacionou a vacina tripla (VASPR) como a causa do autismo, sendo que foram necessários 11 anos para considerar o artigo como fraude.

O único artigo publicado pelo *Jornal Público* no mês de abril de 2020, onde o tema da Perturbação do Espectro do Autismo é o tema principal, tem como título, “*Não há um plano específico para alunos com necessidades especiais, mas as escolas estão a trabalhar*”. A notícia relata as dificuldades sentidas pela progenitora de uma criança recentemente diagnosticada com Perturbação do Espectro do Autismo. A mãe crítica a medida imposta pelo governo para combater a propagação do vírus Covid-19, que impôs o ensino ser à distância, sem ter um plano específico para alunos com necessidades educativas especiais.

A peça noticiosa divulga somente que a cuidadora sente grandes dificuldades em controlar “as crises do filho” autista, estando em confinamento, mas, mais uma vez, o leitor fica com informação bastante reduzida. Se o leitor não tiver conhecimento sobre as características da patologia, não consegue interpretar o “porquê” de a mãe de uma criança autista ter dificuldades acrescidas no período de confinamento.

Mais uma vez o tema da Perturbação do Espectro do Autismo não aparece referido de forma esclarecedora, não são apresentadas as características da perturbação e não são mencionadas possíveis intervenções. Também o título merece especial atenção, o mesmo dá a ilusão que a peça irá narrar sobre alunos com necessidades especiais em geral, mas a notícia aprofunda a dificuldade de uma mãe com o filho autista durante o confinamento, dando a ideia de que todos os alunos autistas têm necessidades educativas especiais, e anulando a heterogeneidade da perturbação.

A análise da distribuição temporal das peças noticiosas que fizeram cobertura ao tema da Perturbação do Espectro do Autismo revela que, apesar de existir um maior número de publicações nos primeiros quatro meses do ano, com maior destaque no mês de abril, não existe informação que associe esse aumento com um tratamento de fundo, ou até eventos ou datas comemorativas. Como referido anteriormente, apesar de o mês de abril ser o mês da “Consciencialização do Autismo”, e ainda que os dados evidenciem um maior número de publicações sobre o tema da PEA, essa não parece ser a justificação, pois o tema aparece maioritariamente como secundário e, quando é apresentado, surge sobretudo associado a questões suscitadas pela Pandemia. O olhar qualitativo sobre estes artigos permite também identificar que raramente a PEA surge como temática principal, conforme tendência que podemos observar no ponto seguinte.

4.2 TEMÁTICA

A segunda variável analisada corresponde à temática, que remete para a necessidade de se determinar exatamente o que está em análise. Representa a designação dicotómica sobre o conjunto total de artigos que abordam a Perturbação do Espectro do Autismo, enquanto tema principal ou secundário. Os artigos não podem ser classificados simplesmente como sendo “artigos sobre a Perturbação do Espectro do Autismo”. É necessário distinguir os artigos que tratam o tema como “foco”, sem que a atenção se disperse por outras matérias, isto é, que abordam especificamente a perturbação, ou se é um artigo sobre um outro qualquer tópico que apenas aborda alguns factos ou temáticas que tenham a ver com a PEA de um modo mais secundário, vertidos num ou noutro trecho de texto na globalidade desse artigo.

Considerou-se que tanto os artigos que apresentam o tema como principal como os que apresentam o tema como secundário têm a capacidade de fornecer ao leitor informação capaz de influenciar a obtenção de conhecimentos e a formação de representações sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, devem por isso, ser objeto de análise. Estes resultados identificam um importante padrão na cobertura jornalística sobre o tema da PEA.

Nesta variável, pretendeu-se identificar quantos artigos apresentam o tema da PEA como principal e como secundário e em que rubricas estão inseridos.

Tabela 2 – Temática

Posição do tema PEA	Jornal Público	Jornal Expresso	Total
Tema como principal	8	5	13
Tema como secundário	24	16	40
Total	32	21	53

Os dados mostram que num total de 53 peças, 13 têm o tema da Perturbação do Autismo como principal e 40 colocam o tema como secundário. O *Jornal Público* apresenta um total de oito peças com o tema da Perturbação do Espectro do Autismo como tema principal e 24 peças com o tema referido como secundário. O *Jornal Expresso* divulgou um total de cinco peças com o tema como principal e 24 com o tema como secundário.

Ou seja, a análise demonstra que em ambos os jornais o tema do autismo aparece mais frequentemente como tema secundário, do que como tema principal.

Alguns destes artigos fazem, por exemplo, referência à não relação da administração da vacina tripla (VASPR), utilizada no combate ao sarampo, caxumba e rubéola, com o autismo. Este dado permite responder à subquestão: “E as causas/etiologia do autismo aparecem referenciadas?”. A resposta evidencia um maior número de artigos que apontam o que não causa autismo (a administração da vacina VASPR) ou até mesmo o reforço do não conhecimento da causa, do que os artigos que mencionam as causas/etiologia da PEA.

A análise qualitativa das peças indica justamente que nem todas as treze peças que fazem referência ao tema como principal apresentam a perturbação de forma correta.

Das treze peças que apresentam o tema do autismo como principal, apenas três se destacam por expressarem um discurso mais esclarecedor em relação ao tema da Perturbação do Espectro do Autismo, comparativamente às restantes dez. Destaca-se o texto de opinião que exhibe o tema da PEA como principal, pertence ao *Jornal Público*, e que têm como título “*Autismo e os desafios do brincar e usar o corpo*”. O artigo começa por fazer referência às características da Perturbação do Espectro do Autismo e apresenta, embora de uma forma bastante sucinta, as dificuldades sentidas pela criança autista. O *Jornal Público*, no mesmo ano (2020), quatro meses depois da publicação do texto de opinião referenciado anteriormente, divulgou uma peça intitulada: “*O Autismo e o Orgulho*”, que começa por mencionar o dia do orgulho autista, celebrado no dia 18 de junho. Na peça são mencionadas as principais características da Perturbação do Espectro do Autismo, inclusive a importância do nome dado à perturbação e o significado da palavra “*Espectro*”. A autora especifica que se trata de uma perturbação que se manifesta de forma totalmente diferente de indivíduo para indivíduo. Em forma conclusiva, a jornalista, autora da peça, questiona a importância de existir um dia dedicado ao “*Orgulho Autista*”, pois defende que se a sociedade tivesse outro olhar perante as pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo tal seria mais benéfico para os mesmos.

O *Jornal Expresso* divulgou uma notícia que tem como título “*Autismo sinalizado mais cedo. Mas ainda é tarde*”, que refere de forma bastante esclarecedora as características da PEA, a etiologia da patologia, como se procede o diagnóstico e bem como os sinais dados pelas crianças autistas e a necessidade de uma intervenção precoce. Outra preocupação referenciada na notícia divulgada pelo *Jornal Expresso* é a ausência de estudos epistemológicos atualizados sobre o autismo em Portugal. Esta preocupação é similarmente apontada no enquadramento teórico da presente dissertação, está referenciada no subcapítulo intitulado “*Perturbação do Espectro do Autismo em Portugal*”, onde é especificado que a ausência de estudos sobre o autismo em Portugal não incentiva a criação de políticas e programas de apoio específicos para esta população, pois não se conhece de forma concreta, a realidade e a dimensão do problema.

Greta Thunberg, uma ativista ambiental sueca que aos 12 anos foi diagnosticada com autismo, veio a Portugal no final do ano de 2019, mas esse acontecimento, ao contrário do que era expectável, não aumentou o número de artigos que fizessem cobertura ao tema da Perturbação do Espectro do Autismo. No período de estudo, apenas

duas peças noticiosas relacionam o tema do autismo com a ativista, uma divulgada em 2019, pelo *Jornal Público*, e uma publicada em 2020, pelo *Jornal Expresso*. No dia 1 de março de 2019, o *Público* escreveu o seguinte título: “A greve que Portugal ainda não viu”. O artigo refere o momento em que a ativista sueca, na altura com 16 anos, foi para o parlamento protestar contra a ação do governo no que toca às alterações climáticas. O jornal utiliza o termo “obsessão” para referir a interesse da jovem com síndrome de Asperger nas alterações climáticas e, apesar de seguida apresentar algumas características da síndrome, as mesmas não aparecem de forma clara nem completa.

No primeiro mês do ano de 2020, o *Jornal Expresso* lançou também uma notícia sobre a ativista Greta Thunberg, onde menciona que Greta tem síndrome de Asperger, perturbação do espectro do autismo, e que a mesma é consciente das suas características únicas, referindo essas características como um superpoder. No decorrer da peça apenas é mencionada a condição médica da jovem Greta Thunberg, não é feita qualquer explicação acerca da perturbação para melhor esclarecer o leitor.

Nas restantes dez peças que têm o tema da Perturbação do Espectro do Autismo como tema principal, existem duas peças noticiosas cujo títulos apresentam um tom negativo sobre a Perturbação do Espectro do Autismo. Ambas foram publicadas no *Jornal Público*, no ano de 2019. A notícia que têm como título “Cego e autista, Kodi Lee usa a música como força e vence America’s Got Talent”, destaca um caso específico de um jovem autista que conseguiu vencer um programa de talentos, mas mais uma vez a peça não dá a conhecer aos leitores a heterogeneidade da patologia, não especifica as características do jovem autista em destaque, revela apenas que apesar das suas “limitações”, conseguiu alcançar “algo” que ninguém esperava de um indivíduo com Perturbação do Espectro do Autismo. Este tipo de artigos pode transmitir ao leitor a ideia errada de que todos os autistas são extremamente limitados para exercer atividades artísticas ou outras. O facto de ser cego é apenas destacado no título, o discurso usado ao longo da notícia, transmite a ideia de que a Perturbação do Espectro do Autismo é uma doença bastante incapacitante, mas que a música é uma possível cura ou algo atenuante para as dificuldades “impostas” pela patologia.

No mês de novembro o *Jornal Público* divulgou uma notícia intitulada “Autista, o Gustavo é obcecado por corações. E está a recebê-los aos milhares”. Ao analisar o título é visível que a palavra “obcecado” não está bem empregue. Este termo utilizado no

título pode ser considerado pouco ajustado, ou então, quando utilizado, deveria ser devidamente esclarecido. A peça noticiosa em causa relata a história de Gustavo. Tem oito anos e foi diagnosticado com autismo. A autora refere a patologia, menciona o nível de gravidade (entre o dois e o três) e as comorbilidades que a criança apresenta (perturbação de linguagem e atraso global do desenvolvimento), mas não menciona as características específicas da perturbação. Tal como a peça anteriormente mencionada, a maioria das peças que englobam a amostra não mencionam as características da Perturbação do Espectro do Autismo.

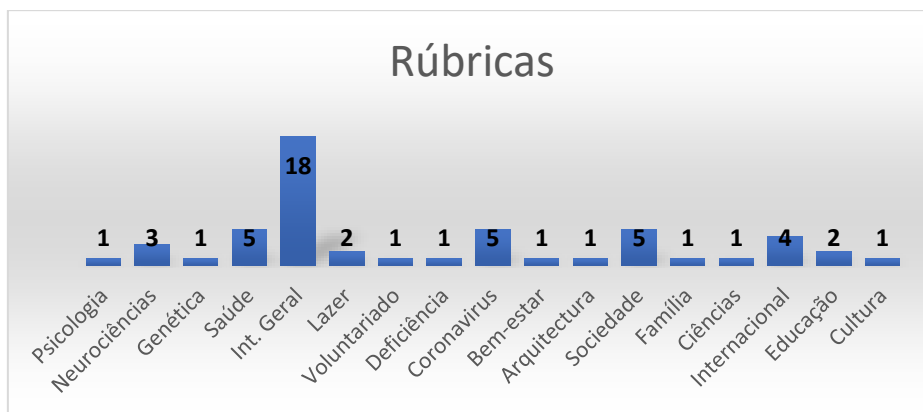
Seria mais esclarecedor para o leitor se a autora tivesse especificado que a Perturbação do Espectro do Autismo tem como principais características a dificuldade de comunicação e interação social, associadas a comportamentos repetitivos e/ou interesses marcados por objetos e temas específicos. Esta última característica é o que leva Gustavo a ter um forte interesse pelo tema referenciado na peça noticiosa.

A análise do conteúdo dos artigos evidenciou dados que permitem responder também à última subquestão colocada no subcapítulo 3.1: “Estão representadas estratégias de intervenção (em múltiplos contextos)?”. Os dados revelam que mesmo que o tema da Perturbação do Espectro do Autismo seja o tema principal da notícia, os mesmos não esclarecem nem sobre a etiologia, nem sobre as características da perturbação, como vimos, nem sobre estratégias de intervenção. Apenas uma notícia divulgada pelo Jornal Expresso reforça a importância de uma adequada intervenção familiar, de forma precoce. A notícia dá a conhecer uma abordagem intitulada de “*Greenspan Floortime*”, que defende que ao controlarmos o ambiente a que a criança é exposta (por exemplo através de uma interação carinhosa e positiva dos pais com as crianças) podemos “religar” o cérebro. O autor da abordagem defende que esta intervenção em crianças com Perturbação do Espectro do Autismo poderá ajudar a atenuar as dificuldades de interação social.

4.3 RÚBRICAS

Para responder à terceira subquestão colocada, “Sob que perspectivas é trabalhado o tema? Em que rúbricas surge enquadrado?” foi gerada a variável de conteúdo, rúbricas. Através da análise das rúbricas é perceptível o enquadramento que autor do artigo confere ao tema da PEA.

Gráfico 2 - Rúbricas em que surge a PEA



O gráfico nº 2 revela que o tema aparece com mais frequência no âmbito do “Interesse Geral”. Seria expectável que surgisse mais no âmbito da “Psicologia”, “Neurociências”, “Saúde” ou no âmbito da “Educação”, mas tal não se verificou no período em estudo.

Relativamente ao âmbito em que a Perturbação do Espectro do Autismo se encontra inserida, independentemente da posição que ocupa (principal ou secundária), verificou-se que no *Jornal Público* o tema é referido em 15 âmbitos diferentes: interesse geral, neurociências, saúde, voluntariado, deficiência, coronavírus, bem-estar, arquitetura, família, ciências, internacional, educação e genética. O tema aparece maioritariamente representado no âmbito de interesse geral, apresentado um total de nove artigos, seguido do âmbito do coronavírus que soma um total de cinco artigos. O âmbito das neurociências e da saúde, no *Jornal Público*, contêm três artigos. Seguidamente, com dois artigos, está o âmbito da educação. Os restantes âmbitos, tais como, voluntariado, família, deficiência, bem-estar, arquitetura, ciências, internacional, psicologia, sociedade e genética contam, cada um, com apenas um artigo sobre o tema.

O *Jornal Expresso* insere o tema da Perturbação do Espectro do Autismo em seis categorias, nomeadamente: interesse geral, lazer, cultura, sociedade, saúde e internacional. Tal como no *Jornal Público*, o âmbito que engloba mais artigos sobre o tema é o interesse geral, tendo um total de nove artigos, seguido da categoria sociedade, com cinco artigos. Lazer, cultura, saúde e internacional, reúnem dois artigos cada sobre o tema da PEA.

4.4 GÉNERO JORNALÍSTICO

A variável que surge em terceiro lugar possibilita dar resposta à segunda subquestão: “Que géneros jornalísticos predominam?”. Esta variável constata qual é o género jornalístico predominante na cobertura do tema da PEA. A opção por determinados géneros jornalísticos como a grande reportagem, reportagem ou entrevistas por parte das redações traduzem maior investimento no tema do que a notícia.

Os dados revelam que, no que diz respeito ao total dos artigos analisados nos dois jornais (53 artigos), 40 são do género notícia, três são reportagens, um é uma entrevista e nove são artigos de opinião.

Tabela 3 - Géneros Jornalísticos

Género Jornalístico	Jornal Público	Jornal Expresso	Total
Notícia	25	15	40
Reportagem	1	2	3
Entrevista	1	0	1
Texto de Opinião	5	4	9
Total	32	21	53

Após a análise, é possível verificar que o género jornalístico mais usado pelos jornais para fazer a cobertura do tema da PEA é a notícia. Este dado revela existir pouco investimento no tema, sendo que se considerava um maior investimento sobre o tema da

PEA se tivessem sido divulgadas mais reportagens, uma vez que este género jornalístico retrata os assuntos de forma mais aprofundada. A tabela nº 3 revela que existem apenas três reportagens, uma do *Jornal Público* e duas do *Jornal Expresso*. Podemos, no entanto, verificar que nenhuma das três reportagens aborda o tema do autismo como principal.

Parte-se do princípio de que um jornal semanal terá mais condições para publicar textos mais extensos em forma de entrevista ou reportagem, contendo os jornais diários textos com uma estrutura mais simples. Seria, por isso, expectável que a diferença entre os dois jornais fosse superior, uma vez que um semanário dispõe de mais tempos para desenvolver textos mais extensos sobre o tema tratado. No entanto, mesmo sendo um jornal semanal, o *Expresso* apresenta uma maior preferência por textos breves.

A entrevista foi, sem dúvida, o tipo de artigo preterido pelos jornalistas de ambos os títulos, registando-se apenas a existência de uma, onde o tema do autismo aparece também como secundário e sem desenvolvimento significativo. O tema central é o uso da psicanálise, sendo que o autismo aparece mencionado pela psicanalista entrevistada para revelar que muitos pais procuram a psicanálise quando os filhos não comunicam, podendo ser “... *um sinal de autismo ou problemas de desenvolvimento*” (Wong, em *Jornal Público*, 2019, janeiro 29, pag.18).

A análise dos dados da tabela nº 3 permite também verificar que foram divulgados nove textos de opinião. Destes nove textos de opinião, apenas um trata a Perturbação do Espectro do Autismo como tema principal. O único texto de opinião com o tema da PEA como principal, já referido, foi divulgado pelo *Jornal Público* e tem como título “*Autismo: os desafios de brincar e usar o corpo*”. Logo no início do artigo são apresentadas as principais características da perturbação, posteriormente são mencionadas algumas das dificuldades sentidas pelas crianças com Perturbação do Espectro do Autismo e no final são descritas determinadas formas de intervenção benéficas para atenuar as dificuldades.

Seria conveniente o investimento na publicação de mais artigos que detivessem características similares ao texto acima descrito. As informações divulgadas no texto de opinião publicado pelo *Jornal Público* são importantes para transmitir ao leitor a verdadeira heterogeneidade da Perturbação do Espectro do Autismo e assim combater estigmas e criar mais inclusão.

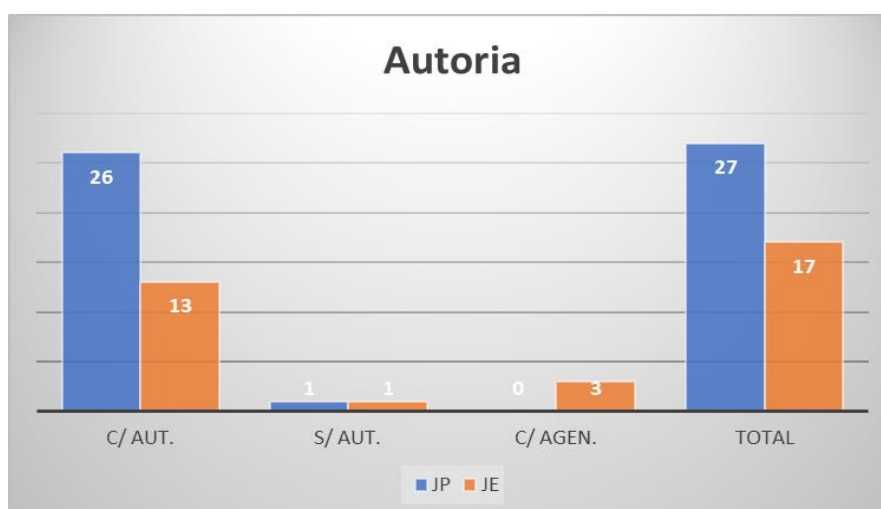
Um olhar qualitativo sobre os textos permite dar resposta à subquestão colocada no subcapítulo 3.1: “Como é representada a perturbação? A Perturbação do Espectro do Autismo aparece frequentemente descrita de forma breve e superficial, associada apenas a determinados traços descontextualizados como a ‘obsessão’, podendo construir junto do leitor a ideia de que todos os autistas têm características idênticas e as mesmas necessidades. Não são mencionadas características importantes no diagnóstico da PEA, tais como os três níveis de gravidade apresentados na DSM-5 e descritos no Capítulo 1 da presente investigação.

4.5 AUTORIA

A variável autoria permite reunir dados para responder à subquestão que se encontra em quarto lugar no subcapítulo “As peças são assinadas? Pela redação ou pela agência?”. Para analisar a variável que determina a autoria das peças, por uma questão de rigor, foram excluídos os textos de opinião. Foram, assim, contabilizados 44 artigos noticiosos.

Para executar de forma mais precisa esta variável, quantificaram-se os números totais e fez-se uma análise comparativa, conforme sistematizado no Gráfico nº 3.

Gráfico 3- Indicadores de Autoria dos artigos



Dos 44 artigos analisados, a maioria tem autoria (39 artigos), dois não estão assinados pelo autor e três são de agência noticiosa. Apenas o *Jornal Expresso* usou uma agência noticiosa como fonte para a publicação de artigos com a temática.

Os dados expostos no gráfico nº 3, revelam que existem apenas duas peças (um artigo do *Jornal Público* e outro artigo do *Jornal Expresso*), num total de 44 artigos que não tem autoria, ou seja, não estão assinadas. As peças de agência encontram aqui uma menor expressão, visto que correspondem apenas a três artigos. Kanner (1943, como citado em Roriz, 2016). Estes dados sugerem algum investimento da redação no tema, na medida em que é designado um jornalista responsável pelas peças. Contudo, como vimos, esse investimento não resulta, necessariamente, em trabalhos aprofundados sobre o tema.

4.6 PROTAGONISTAS

A variável que descreve os protagonistas das peças que fazem parte da amostra responde à quinta subquestão: “Quem são os protagonistas das peças?”. Através da análise qualitativa das peças que fazem parte da amostra do presente estudo caso, foi possível identificar os protagonistas desta cobertura mediática. Assume-se como protagonistas aqueles sobre quem os artigos versam.

A análise qualitativa para apurar quem são os protagonistas dos artigos que cobrem o tema da Perturbação do Espectro de Autismo aponta que os sujeitos com a doença raramente são os protagonistas dos artigos. Existem apenas três peças noticiosas em que o portador da perturbação é o protagonista e, em ambas, é divulgada a história individual, a nível de um acontecimento marcante.

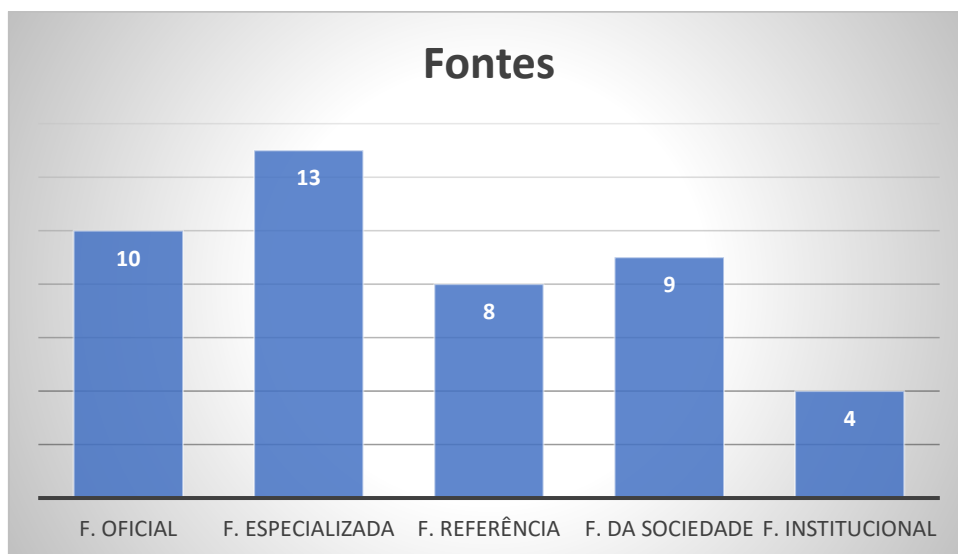
De um total de 53 artigos que compõem a amostra do presente estudo, apenas três narram especificamente sobre um indivíduo com Perturbação do Espectro do Autismo. Podemos assumir que são os protagonistas das peças, porque as mesmas divulgam as suas histórias, acontecimentos ou eventos em que participaram, mas nenhuma das peças dá voz ao próprio autista. Estes dados revelam a escassez de relatos na primeira pessoa, algo que era essencial para combater estigmas, dar voz a estas pessoas e demonstrar a heterogeneidade da perturbação.

Em ambos os jornais, as peças que não têm o indivíduo autista ou o seu cuidador como protagonista, expunham projetos de âmbito educativo em que entre os participantes estavam indivíduos com PEA, outras peças faziam referência a estudos científicos. As peças que fizeram referência a estudos científicos nem todas estavam diretamente relacionadas com o autismo, ou seja, algumas notícias referiam estudos na área da neurociência, mas tratava-se de descobertas ou hipóteses relacionadas com as doenças mentais, não especificamente o autismo.

4.7 FONTES

A variável que classifica as fontes reúne dados fundamentais para a subquestão colocada no ponto cinco do subcapítulo 3.1: “Quem fala sobre o tema? / Quais as fontes mais frequentes? / Qual o lugar dado aos especialistas na construção do discurso sobre a PEA?”.

Gráfico 4 - Fontes dos artigos



Na análise das fontes que foram recurso para elaborar as peças noticiosas que constituem a amostra do presente estudo, foram também excluídos os nove textos de opinião, uma vez que não sendo textos noticiosos, não apresenta fontes. No que respeita ao *Jornal Público*, maior número recai sobre a fontes especializadas, contabilizado um total de oito. O mesmo jornal apresenta como a segunda fonte mais utilizada, as fontes de referência e a sociedade. As fontes oficiais aparecem em terceiro lugar, com um total de

quatro artigos, e os restantes três artigos apresentam, como recurso, fontes institucionais. O *Jornal Expresso* também apresenta um maior número de artigos que investiram nas fontes especializadas. A diferença entre os jornais é que o *Jornal Expresso* apresenta as fontes oficiais como a segunda mais utilizada, seguida um total de duas peças que têm como fonte elementos da sociedade. Apenas um artigo apresenta o recurso ao tipo de fonte institucional.

Globalmente, conforme tabela n.º 4, os dados revelam que o tipo de fonte mais utilizada é a fonte especializada, seguida das fontes oficiais. Este facto ocorre porque as informações relativas à saúde mental, por se tratar de um campo bastante específico, têm de ser partilhadas com rigor e especialidade, tornando-se assim consequente a necessidade de os autores das peças noticiosas procurarem fontes especializadas na área, ao contrário do que é muitas vezes identificado como tendência noutros domínios, onde tem sido identificada uma prevalência de fontes oficiais.

Esta informação pode parecer paradoxal, uma vez que a informação divulgada nas peças não se encontra apresentada de forma cientificamente incorreta, também não se encontra bem especificada, principalmente, e como vimos, no que concerne ao enquadramento das características específicas da Perturbação do Espectro do Autismo. Estes dados revelam também que existiu menor aposta em fontes que representam a sociedade, nesta perspetiva, poderiam representar os cuidadores de indivíduos autistas, profissionais que trabalham diariamente com os mesmos e também a própria pessoa com autismo.

De uma forma geral, os artigos divulgados no período de estudo, nos dois jornais portugueses, apresentam conteúdos relacionados com tratamentos e estudos que estão a ser desenvolvidos que poderão estar associados ao autismo. A referência à vacina tripla e à sua não relação com a PEA também é várias vezes mencionada. Embora em menor número, algumas peças fazem referência a projetos educativos ou sociais, que contaram com a participação de indivíduos autistas, mas nenhum dos artigos fala da perturbação, apenas é referida, não é aprofundada. Num número ainda menor, fazem parte da amostra algumas peças noticiosas que narram histórias de indivíduos autistas, mas não dão voz aos mesmos, normalmente as ocorrências são relatadas por outros (Exemplo: mães e cuidadores).

Uma parte significativa da amostra, a partir de abril de 2020, e sobretudo no *Jornal Público*, é constituída por artigos que relacionavam o tema da Perturbação do Espectro do Autismo com as medidas tomadas pelo governo para combater a Covid-19, tais como o confinamento e o ensino à distância. Contudo, após a análise do conteúdo das peças em questão, é notória a falta de esclarecimento sobre a perturbação, não existe uma preocupação em explicar ao leitor porque é que as medidas tomadas pelo governo afetam de uma forma diferente os indivíduos autistas.

Os dados acima analisados permitem identificar o que foi referido nas peças publicadas pelos dois jornais no período em estudo, no entanto não se torna menos relevante referir o que não foi abordado. Nos artigos que constituem a amostra, nenhum faz, por exemplo, a cobertura do que pode ser feito para melhorar os determinantes sociais⁷ da situação de saúde e com isso a qualidade de vida das pessoas autistas. Os artigos não apresentam questões que levem o leitor a refletir sobre que estratégias de intervenção podem ser realizadas, em diferentes contextos (escolar, laboral, social) para combater a exclusão social que os indivíduos autistas enfrentam diariamente.

Consideramos importante referir que na amostra consta uma peça que refere a importância da literacia em saúde, em especial na saúde mental, divulgada pelo *Jornal Público*, em janeiro de 2020, dando o título: “*Ninguém acredita na minha tristeza*”. A peça noticiosa alerta que existem doenças da saúde mental mais facilmente conhecidas como a depressão, mas por outro lado existem patologias que não são compreendidas, como por exemplo a Perturbação do Espectro do Autismo. Nesse sentido, defende que “...é importante investir na literacia em saúde mental”:

(...) Se pensarmos em patologias menos frequentes (e menos compreendidas), como as perturbações do espectro do autismo, o risco das consequências de uma baixa literacia em saúde será ainda maior. Isto é particularmente verdadeiro para as formas menos graves e mais funcionantes do espectro, como o autismo de alto funcionamento ou a síndrome de Asperger, que menos frequentemente são reconhecidos do que o autismo com manifestações mais graves e muito menos ainda do que a depressão (Fernandes em *Jornal Público*, 2020, janeiro 29, p.30).

⁷ De acordo com definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que uma pessoa vive e trabalha.

Para além de alertar para a necessidade de uma maior literacia em saúde e apontar especificamente para a PEA, faz ainda referência a estratégias para medir e intervir na falta de conhecimento acerca da saúde mental:

Como poderá então ser minimizado o impacto das limitações na comunicação e interação social destas pessoas, nomeadamente no que concerne à sua integração num contexto social ou profissional ajustado, se essas limitações não são adequadamente reconhecidas? Medindo e intervindo na literacia em saúde mental. A avaliação da literacia em saúde mental foca-se em três grandes dimensões: 1) conhecimento sobre as doenças mentais, quer acerca da saúde mental em geral, quer sobre doenças mentais específicas; 2) estigma, que pode ser avaliado sob diferentes perspetivas: quer medindo o nível de estigmatização da doença, da pessoa com a doença (que, por vezes, pode ser a entidade estigmatizadora, uma situação descrita como “autoestima”) ou em relação aos tratamentos e cuidados prestados, quer medindo o nível de estigma experienciado pela pessoa com doença mental; e 3) procura de cuidados, quer no que diz respeito à intenção de os procurar e aos comportamentos de procura efetiva, quer no que respeita às crenças e atitudes relativamente à procura de ajuda no âmbito da saúde mental, ao conhecimento acerca dos recursos disponíveis e à capacidade de ajudar os outros a encontrá-los. Existem múltiplas ferramentas de avaliação destas dimensões, que permitem identificar as lacunas e as necessidades de intervenção, com vista ao desenvolvimento de planos de ação dirigidos para melhorar a literacia em saúde mental (Fernandes em *Jornal Público*, 2020, janeiro 29, p.30).

O excerto acima apresentado retrata de forma muito clara a importância do investimento na literacia em saúde mental, principalmente em Perturbações não tão compreendidas pela sociedade, como a Perturbação do Espectro do Autismo. Uma vez que os meios de comunicação são um elemento poderoso na divulgação e formação da opinião da sociedade, seria mais benéfico e satisfatório se houvesse um maior investimento sobre a cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo. Como constatámos, embora a informação não se revele incorreta, surge muitas vezes não valorizada, pouco enquadrada e incompleta e, tal como revela o excerto acima mencionado, esta falta de investimento na cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo terá consequências negativas na vida do indivíduo com autismo.

Uma abordagem mais sistematizada, aprofundada e completa contribuiria seguramente para combater estigmas e promover a inclusão social dos indivíduos autistas.

CONCLUSÕES

O objetivo principal da investigação realizada foi de tentar apurar como tem sido feita a cobertura noticiosa sobre o tema da Perturbação do Espectro do Autismo, em diferentes títulos da imprensa portuguesa. Foram analisados os padrões jornalísticos na cobertura do tema PEA, entre janeiro e dezembro do ano 2019 e entre janeiro e junho do ano 2020.

O enquadramento teórico apresentado na presente investigação aborda algumas questões fulcrais sobre as características da Perturbação do Espectro do Autismo, as representações sociais face à mesma e posteriormente aborda questões ligadas à imprensa, mais concretamente à relação entre os *media* e a saúde mental. Esta base teórica foi assim organizada para num primeiro momento, mostrar a heterogeneidade da patologia, as representações sociais face à PEA e como a imprensa tem influência para alterar as mesmas, nomeadamente como esta pode promover o estigma ou, como desejado, combater o mesmo. Um dos estigmas face às pessoas com doenças mentais enumerados por Castela (2013) presente no enquadramento teórico da presente dissertação é o autoritarismo. Muitos indivíduos consideram que as pessoas com doenças mentais são incapazes de cuidar de si próprias e de serem responsáveis. Após a análise do corpus selecionado, verificou-se que no período em estudo as peças publicadas pelos dois jornais portugueses não revelaram conteúdo que combatesse este estigma descrito.

Parte da amostra, influenciada pelo início da pandemia Covid-19 em Portugal, a partir de março de 2020, foca as dificuldades dos cuidadores de crianças com PEA no período de isolamento decretado pelo governo. Estas peças constroem a ideia de que as crianças com autismo são sempre totalmente dependentes dos cuidadores. Para além de promover a ideia de que os autistas são pouco autónomos, a amostra apresenta outro padrão nítido, a ausência de informação sobre o diagnóstico da perturbação, as características da mesma e as estratégias de intervenção.

Mantendo o exemplo dos artigos que relacionam as dificuldades dos cuidadores dos indivíduos autistas durante o período de isolamento, nas peças não são divulgadas as características que fazem com que o período descrito seja especialmente difícil para os indivíduos com PEA. Teria sido importante esclarecer ao leitor que, para além da ausência

de terapias desenvolvidas de forma presencial, e essenciais para o desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças autistas, estas são na sua maioria inflexíveis à mudança repentina de rotinas.

Outro padrão identificado nos textos é a ausência de relatos de indivíduos autistas na primeira pessoa. Este padrão identificado é perceptível na variável de conteúdo que analisa quem são os protagonistas dos artigos que fazem cobertura ao tema da PEA. Em muito poucos artigos (três em cinquenta e três) a pessoa com autismo é protagonista e nunca o relato destes acontecimentos é realizado na primeira pessoa. Não é protagonista nem fonte. Não tem “voz”. Criam-se, assim, condições para que as audiências possam criar concepções distanciadas do que é a realidade dos indivíduos.

A análise qualitativa da amostra revelou um outro padrão evidente, ambos os jornais registam uma forte tendência em apresentar o tema da Perturbação do Espectro do Autismo como secundário, isto é, a maioria dos artigos divulgados não apresenta o tema do autismo como tema central, o foco não está na Perturbação. Esta grande maioria de artigos revela um tratamento errático do tema PEA, de modo superficial, pouco preciso e pouco esclarecedor. Mesmo quando se analisa em separado o conjunto de artigos classificados como tendo a Perturbação do Espectro do Autismo como tema principal (total de 13 em 53), o discurso é bastante difuso e genérico, revelando falta de investimento na cobertura do tema da Perturbação do Espectro do Autismo.

Esta falta de investimento na cobertura do tema é também identificada na análise dos géneros jornalísticos a que os jornais mais recorreram. Na análise das peças recolhidas pode observar-se que nos dois jornais existe uma forte tendência para a divulgação de notícias, registou-se um total de 40 peças do género jornalístico mencionado e apenas 3 reportagens e uma entrevista e nenhuma delas com o tema do autismo como principal. Este padrão revela não existe investimento por parte dos jornais em reportagens e entrevistas, que são as formas mais nobres do jornalismo. O investimento nestes géneros permitiria maior análise e reflexão sobre o tema.

Foi identificado um outro padrão referente ao tipo de fontes utilizadas pelos dois jornais. As fontes a que os jornais recorrem não diferem muito. A maioria recorreu a fontes especializadas. Este padrão é algo que poderia ser positivo, uma vez que as fontes especializadas desempenham um papel crucial no desenvolvimento e construção dos

artigos noticiosos. Contudo, não se verifica esse reflexo nos textos. A verdade é que o equilíbrio entre o rigor científico da informação e a simplificação da notícia para o público leigo poderá não ser, como vimos na revisão teórica, fácil de atingir.

O conteúdo carece, assim, de um enquadramento acerca das características da patologia, essencial para o leitor entender melhor a informação. Muitas vezes os artigos apresentam a informação de forma muito breve, ou seja, existe uma carência de explicação e significado.

A observação das rúbricas em que estes artigos surgem reforça esta observação sobre a falta de investimento no tema. Os jornais posicionam grande parte dos artigos que compõem a amostra na rúbrica “Interesse Geral” e apenas mais pontualmente em rúbricas como “Psicologia”, “Neurociências”, “Saúde” ou “Educação”.

É importante referir que os dados poderão ter sido fortemente influenciados pelo início da pandemia da Covid-19 em Portugal que ocorreu no mês de março do ano 2020. Esta afirmação advém da observação da distribuição temporal das peças, que sofreu uma alteração entre o início do ano de 2019 e o mesmo período de 2020. O mês de março de 2019 corresponde ao período com o maior número de publicações do ano. No mês seguinte, do ano de 2020, o número de artigos que mencionam o autismo aumentam no *Jornal Público* e a PEA aparece relacionada com o efeito das medidas tomadas pelo governo no combate à propagação da Covid-19. O *Jornal Expresso*, no período referido, não segue a tendência do *Jornal Público*, no mês de abril publicou apenas dois artigos que mencionam o autismo, como tema secundário e não estão relacionadas com a pandemia.

De forma geral, a variável que apresenta os dados acerca da distribuição temporal dos artigos publicados entre o ano de 2019 e os primeiros seis meses de 2020 revela que a cobertura do tema não é constante nem consistente. No primeiro ano, os dois jornais publicaram o mesmo número de peças sobre o tema. Era expectável que o *Jornal Público*, sendo diário, tivesse um maior número de peças, mas tal não se verificou.

Apesar de abril de 2019, e o igual período de 2020, terem um número elevado de publicações sobre o tema da Perturbação do Espectro do Autismo, a patologia não é o foco. Por se comemorar no dia 2 do mês de abril, o dia mundial para a consciencialização do autismo, era expectável que o número de publicações que tivesse a PEA como tema

principal fosse maior do que nos restantes meses do ano. Mas não se verifica. No mês de abril de 2019 foi publicado apenas um artigo que tem como foco a Perturbação do Espectro do Autismo e é também o único artigo que faz uma breve ligação às comemorações de abril. No mês de abril de 2020 o tema aparece como principal, mas está inteiramente ligado às dificuldades sentidas pelos cuidadores de crianças com PEA durante o período de confinamento.

Assim, um dos padrões evidentes na cobertura do tema é a falta de investimento jornalístico, uma vez que o tema não teve grande destaque no período em estudo, perceptível pelo reduzido número global de peças publicadas e também pela sua recorrente abordagem como tema secundário e em rúbricas de interesse geral. Assinala-se ainda uso recorrente da notícia e a pouco aposta em géneros jornalísticos de maior profundidade, como por exemplo as reportagens ou entrevistas.

A tipologia de fontes mais recorrentes também revelou um padrão pouco promotor do combate ao estigma, pois os jornais não apostaram em fontes que representam a sociedade, não deram voz aos profissionais que trabalham diariamente com autistas, aos seus cuidadores, familiares e até mesmo à pessoa com autismo. A ausência de vivências primeira pessoa é visível também na variável que identifica os protagonistas das peças. Tanto o *Jornal Público* como o *Jornal Expresso*, não transmitem ao leitor diferentes perspetivas de vida dos autistas, não lhes é fornecida a oportunidades de demonstrar que a perturbação não se resume a características exatamente iguais entre todos.

Essa falta de especificação acerca da heterogeneidade da perturbação é também um padrão que promove a criação de estigmas sobre os indivíduos. Ao ler as peças, o leitor pode assumir que todos as pessoas autistas são dependentes de um cuidador, pouco autónomas e quando conseguem atingir o sucesso, em alguma área, o acontecimento é relatado como algo “impossível”, mas que aconteceu e é representado como um ato heroico. Discursos que têm por contraponto narrativas em que é acentuada a ‘obsessão’ destes sujeitos por determinada questão ou objeto.

Não se faz referência às estratégias que se espera de uma sociedade que se pretende ser inclusiva, em que olha para o sujeito com autismo tendo sempre em conta as suas singularidades e potencialidades, e não apenas para o que comumente se considera as condições limitativas da patologia.

A análise de conteúdo permitiu, assim, dar resposta à segunda questão de investigação: “Como é representada a Perturbação do Espectro do Autismo nas peças noticiosas dos dois jornais portugueses?”. A Perturbação do Espectro do Autismo aparece representada de forma muito errática, superficial, não completa, não revelando a complexidade e a heterogeneidade da patologia.

A cobertura do tema da Perturbação do Espectro do autismo realizada pelos dois jornais portugueses, durante o período de tempo em estudo, não revelou conteúdo suficientemente claro e completo, capaz de criar no leitor reflexão sobre as características dos indivíduos com autismo. Teria sido importante que os artigos divulgassem conteúdo que transmitisse que cada autista tem sua peculiaridade e pode experienciar variações no nível detetado de comprometimento funcional. Ou seja, apesar de todos mostrarem similaridade na dificuldade social, é importante destacar que no ponto de vista intelectual, podem apresentar performances distintas. A falta de destaque sobre a heterogeneidade da patologia, implica que estes textos acabem por definir o modo como a pessoa com autismo é socialmente vista, e sejam, por isso, menos capazes de quebrar estereótipos.

Para além da influência do início da pandemia estar implícita no período de tempo desta investigação, existem outros fatores que poderão ser considerados como limitações ao presente estudo, tal como o período de tempo selecionado, por englobar um ano civil completo e seis meses do ano de 2020. Outro fator que poderá ser considerado uma limitação deste estudo corresponde ao pequeno número de artigos identificados. Porém, por se tratar de uma pesquisa exploratória, acredita-se que proporciona um panorama preliminar dos estudos voltados à representação do tema da Perturbação do Espectro do Autismo nos meios de comunicação social.

Apesar das limitações acima descritas, o estudo ressalta a necessidade de alteração nos padrões identificados na cobertura jornalística sobre a Perturbação do Espectro do Autismo. Espera-se que, futuramente, os meios de comunicação consigam transmitir um conhecimento adequado sobre a heterogeneidade das características da PEA, a sua etiologia, vivência e formas de intervenção, potenciando a integração, igualdade e não discriminação em relação aos indivíduos com autismo.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, T. P. P. de. (2015). *Literacia em Saúde Mental: Conhecimentos, Estigma e Preconceito numa Amostra de Adolescentes da Região Centro de Portugal* [Master's thesis, Instituto Politécnico de Viseu]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Viseu.

<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2979/1/Projeto%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Amaral, S. (2012). *O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal* [Master's thesis, Universidade da Beira Interior]. Repositório Institucional da Universidade da Beira interior Faculdade de Artes e Letras. <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3958/1/Tese%20Final%20Impress%C3%A3o.pdf>

American Psychiatric Association (2000) *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-IV-TR*. Climepsi Editores

American Psychiatric Association (2014) *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-5*. Climepsi Editores

Antunes, N. L. (2018). *Sentidos, O grande livro das perturbações de desenvolvimento e comportamento*. Edições Lua de Papel

Baptista, J. (2015). *O Potencial para a Empregabilidade de Pessoas com Autismo de Alta Funcionalidade ou Síndrome de Asperger nas Empresas Portuguesas* [Master's thesis, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/11856>

Bento, M. (2014). *O Estigma da Doença Mental e os Meios de Comunicação Social*. [Master's thesis, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Faculdade De Ciências E Tecnologia Universidade De Coimbra, 1–145. <http://hdl.handle.net/10316/26881>

Caleiro, M. (2005). *Para um Estudo do Jornalismo em Portugal presidenciais* *Dissertação para doutoramento em Sociologia* [Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional do Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/623>

Câmara, R. H. (2013). *Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações*. *Gerai's: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179–191. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>

Carmichael, V., Adamson, G., Kathleen C. Sitter & Whitley, R. (2019) *Media coverage of mental illness: a comparison of citizen journalism vs. professional journalism portrayals*. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31037996/>

Carvalho, F. G. (2019). *Os autismos na atualidade: Contribuições a partir da Psicanálise e da genética* [[Master's thesis, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Brasil]. <https://doi.org/10.11606/D.47.2019.tde-20082019-102944>

Castela, C. A. (2013). *Representações Sociais e Atitudes face ao Autismo* [[Master's thesis, Universidade do Algarve]. Repositório Institucional da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/3538>

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina

Dias, C. (2017) *Mães de crianças autistas: sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o Autismo*, Pós-Graduação em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9081/2/arquivototal.pdf>

Ferin, I. (2012). *Análise dos media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ferro, H. (2013). *A representação da saúde mental e da doença mental na imprensa portuguesa: um estudo comparativo*. *Estudos Em Comunicação*, 13, 37–86. <http://ec.ubi.pt/ec/13/pdf/EC13-2013Junho-02.pdf>

Filipe, C. (2012). *Autismo: Conceitos, mitos e preconceitos*. Lisboa: Verbo

Folgado, S. B. (2013). *A Comunicação e a Interação na Criança Autista: Um Estudo de Caso*. 295. [Master's thesis, Instituto Politécnico de Castelo Branco]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/2350>

FPDA – Federação Portuguesa do Autismo (2017). *As Perturbações do Espectro do Autismo*. <http://www.fpda.pt/autismo>

Gillet, P. (2014). *Neuropsicologia do Autismo na criança*. Edições Piaget.

Gomes, E. (2018). *Jornalismo e prevenção em saúde: retratos da imprensa portuguesa entre 2012 e 2014* [Doctoral dissertation, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/61842>

Jodelet, D (2001, Maio 6). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Revista Sociedade Estado. https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_do_minio_em_expansao

Lima, C. (2015). *Perturbações do Neurodesenvolvimento- Manual de Orientações diagnósticas e estratégias de intervenção*. Lisboa: Lidel

Lima, C. (2018). *Perturbação do espectro do autismo: Contributos para a caracterização do desenvolvimento da comunicação e da linguagem* [Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32770/1/ulfl242735_td.pdf

Monteiro, M. M. M. de C. F. (2009). *A literacia em Saúde* [Master's thesis, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento das Ciências de Educação]. Repositório Institucional da Universidade Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/1161>

Monteiro P. (2014) *Psicologia e Psiquiatria da Infância e Adolescência*. Lisboa: Lidel

Müller, C. P. P. R. (2014). *Perturbações Do Espectro Do Autismo Na Criança: Perceção Materna Do Stress Parental E Do Impacto Do Problema na Família* [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/15412>

Oliveira, G. (2005) *Epidemiologia do Autismo em Portugal. Um estudo de prevalência da perturbação do espectro do autismo e de caracterização de uma amostra populacional de idade escolar* [Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/848>

Organização Mundial da Saúde (1986). *Ottawa Charter for Health Promotion*. <https://www.who.int/teams/health-promotion/enhanced-wellbeing/first-global-conference>

Organização Mundial de Saúde. (1998). *Health Promotion Glossary*. <https://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>

Organização Mundial de Saúde (2001). *Relatório Mundial da Saúde. Saúde mental: nova conceção, nova esperança*. Geneva, Organização Mundial de Saúde. http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf?ua=1.

Pires, R. (2019, Setembro 11) *A depressão nas Perturbações do Espectro do Autismo*. Criar-Clínica de desenvolvimento e saúde. <https://www.criar.pt/a-depressao-nas-perturbacoes-do-espectro-do-autismo/>

Quivy, R. (2005) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa Gradiva

Resende, J. R. V., & Alves, C. L. (2020). *A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde*. Revista Da Faculdade de Direito UFPR, 65(2), 129. <https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v65i2.69582>

Ribeiro, A. (2020). *A cobertura jornalística do mar na imprensa portuguesa e o lugar da ciência* [Master's thesis, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/5168>

Ribeiro, J. (2015). *Perturbação do Espectro do autismo: Artigo de revisão das comorbidades associadas* [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/25713>

Rocha Silva, C., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Organ. Rurais Agroind. Lavras, 1, 70–81. <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>

Roriz, D. C. A. (2016). *Autismo: o doente, a família e a sociedade* [Master's thesis, Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/33722>

Santos, J. (2020, Julho 16). *As pessoas acham que sabem o que é o autismo e não sabem*. Incluso <https://inclusaoaquilino.blogspot.com/2020/07/as-pessoas-acham-que-sabem-o-que-e-o-16.html>

Schmitz, A. A. (2011). *Classificação das fontes de notícias*. Biblioteca Online de Ciências Da Comunicação, 1–22. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>

Serrano, G. (2004). *Investigación cualitativa. retos e interrogantes – Métodos*. Madrid: Ed. La Muralla

Silva, P. A., & Batista, M. T. (2018). *Representações da Saúde Mental nos Media em Portugal – Análise da Imprensa Escrita*. [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/47128/1/ICS_PASilva_Representacoes.pdf

Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Segundo Bolonha. Lisboa: Pactor.

Souza, K. M. (2015). *Mídia, Jornalistas e Cidadãos: as Representações Sociais do SUS*. 172. Master's thesis, Universidade de Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7381>

Tomé, B. M. L. (2013). *O jornalista como mediador nos espaços de informação de saúde: compreender os especialistas para informar os cidadãos* [Master's thesis, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/29262>

Untoiglich, Gisela (2013). *Como oportunidades clínicas com crianças com sintomas de autismo em seu país*. Estilos Clin. [on-line]. 2013, vol.18, n.3, p. 543-558. ISSN 1415-7128. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000300008#end

Vala, J. (2000). *Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano*. In J. Vala, e M. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social*,4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Vasconcelos, M. G. T. de. (2016). *Literacia em Saúde Mental e o papel da proximidade a problemas de saúde mental: Follow-up do projeto abrir espaço à saúde mental* [Master's thesis, Universidade Católica do Porto]. Repositório Institucional da Universidade Católica. <http://hdl.handle.net/10400.14/20556>

ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DE PEÇAS DO JORNAL PUBLICO

Código	Meio	Título	Data de Publicaçã	Âmbito	Autores	Género	Posição do tema
1- J	Imprensa	Há um enigma que nos protege da ansiedade (nº1)	10.06.2020	Neurociências	Andreia Cunha Freitas	Notícia	Secundário
2- J	Imprensa	O autismo e o orgulho (nº2)	07.06.2020	Saúde	Beatriz Carvalho	Notícia	Principal
2- J	Online	O autismo e o orgulho (nº3)	07.06.2020	Saúde	Beatriz Carvalho	Notícia	Principal
3- J	Imprensa	Na pandemia, as mulheres trabalharam ainda mais, dentro e fora de casa (nº4)	31.05.2020	Interesse Geral	Ana Cristina Pereira	Notícia	Secundário
4- J	Online	Há uma plataforma online que prepara voluntários para ajudar em lares (nº6)	18.05.2020	Voluntariado	Karla Pequeno	Notícia	Secundário
5- J	Imprensa	Centros de actividades reabrem, mas deficientes que moram em lares vão ficar à parte (nº7)	17.05.2020	Deficiência	Ana Cristina Pereira	Notícia	Secundário
5- J	Online	Centros de actividades reabrem, mas deficientes que moram em lares vão ficar à parte (nº8)	17.05.2020	Deficiência	Ana Cristina Pereira	Notícia	Secundário
6- J	Imprensa	Não há um "plano específico" para alunos com necessidades especiais mas as escolas estão a trabalhar (nº10)	17.04.2020	Coronavírus	Clara Viana	Notícia	Principal
6- J	Online	Não há um "plano específico" para alunos com necessidades especiais mas as escolas estão a trabalhar (nº11)	17.04.2020	Coronavírus	Clara Viana	Notícia	Principal
7- J	Online	Governo e DGS dizem aos portugueses: não temam idas aos hospitais (nº12)	15.04.2020	Coronavírus	Diogo Cardoso Oliveira	Notícia	Secundário
8- J	Imprensa	Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes (nº13)	13.04.2020	Coronavírus	Patricia Carvalho	Notícia	Secundário
8- J	Online	Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes (nº14)	13.04.2020	Coronavírus	Patricia Carvalho	Notícia	Secundário
9- J	Online	Plataformas de ensino à distância são um risco para os alunos e podem afectar o seu futuro, diz comissão de protecção de dados (nº15)	11.04.2020	Coronavírus	Clara Viana	Notícia	Secundário
10- J	Online	Covid-19: Uma pandemia versus uma "paperdemia" (Nº17)	06.04.2020	Coronavírus	Ricardo Dinis Oliveira	Texto de Opinião	Secundário
11- J	Imprensa	Autismo: os desafios do brincar e de usar o corpo (Nº19)	23.02.2020	Interesse Geral	Milene Matos (T. Ocupacional)	Texto de Opinião	Principal
11- J	Online	Autismo: os desafios do brincar e de usar o corpo (Nº20)	23.02.2020	Interesse Geral	Milene Matos (T. Ocupacional)	Texto de Opinião	Principal
12- J	Imprensa	A ciência em julgamento (Nº21)	18.02.2020	Interesse Geral	David Marçal (Bioquímico)	Texto de Opinião	Secundário
12- J	Online	A ciência em julgamento (Nº22)	18.02.2020	Interesse Geral	David Marçal (Bioquímico)	Texto de Opinião	Secundário
13- J	Online	Eles "fabricaram" pedacinhos de cérebro humano (Nº26)	09.02.2020	Neurociências	Andreia Cunha Freitas	Notícia	Secundário
14- J	Online	Radar das emoções: é possível descobrir se está feliz mesmo à distância (Nº27)	03.02.2020	Bem estar	Inês Duarte Freitas	Notícia	Secundário
15- J	Imprensa	Primeiro foram as latas e hoje são as artes que saltam estas crianças (Nº28)	27.01.2020	Interesse Geral	Maria José Santana	Notícia	Principal
16- J	Online	Um recreio dourado para brincar às escondidas com o Porto (Nº30)	21.01.2020	Arquitetura	Renata Monteiro	Notícia	Secundário
17- J	Imprensa	Ninguém acredita na minha tristeza (Nº 31)	19.01.2020	Interesse Geral	João Fernandes (Psiquiatra)	Notícia	Secundário
18- J	Online	Autista, o Gustavo é oboecado por corações. E está a recebê-los aos milhares (Nº33)	27.11.2019	Família	Carla B. Ribeiro	Notícia	Principal
19- J	Online	O que nos dizem um gene sobre o autismo e os linócitos sobre o cancro da mama? (Nº35)	14.11.2019	Ciências	Teresa Sofia Serafim	Notícia	Principal
20- J	Online	Cego e autista, Kodi Lee usa a música como força e vence America's Got Talent (Nº40)	23.09.2019	Internacional	Não está mencionado	Notícia	Principal
20- J	Imprensa	Cego e autista, Kodi Lee usa a música como força e vence America's Got Talent (Nº41)	23.09.2019	Internacional	Não está mencionado	Notícia	Principal
21- J	Imprensa	Há quem pague 200 euros em explicações por mês. (nº46)	08.07.2019	Educação	Rita Marques Costa	Notícia	Secundário
22- J	Imprensa	Encontrada ligação entre o autismo e o ADN "lixo" (Nº48)	12.06.2019	Genética	Teresa Sofia Serafim	Notícia	Principal
22- J	Online	Encontrada ligação entre o autismo e o ADN "lixo" (Nº50)	11.06.2019	Genética	Teresa Sofia Serafim	Notícia	Principal
23- J	Imprensa	O golfe em Campanhã não é luxo, é uma arma de inclusão (Nº55)	09.04.2019	Interesse Geral	Sara Viana	Notícia	Secundário
24- J	Online	O desenvolvimento da linguagem: "A criança percebe tudo, mas não diz quase nada" (Nº58)	02.04.2019	Interesse Geral	Sandra F. Afonso	Texto de Opinião	Secundário
25- J	Imprensa	Depois da agressão, todos os dias são uma incógnita (nº62)	18.03.2019	Interesse Geral	Margarida David Cardoso	Reportagem	Secundário
26- J	Online	Ministério recebeu 50 queixas sobre apoios a alunos com necessidades especiais (Nº64)	08.03.2019	Educação	Clara Viana	Notícia	Secundário
27- J	Imprensa	Identificada molécula que impede que a caixa de correio no cérebro fique cheia (Nº65)	06.03.2019	Neurociências	Teresa Sofia Serafim	Notícia	Secundário
28- J	Imprensa	A greve que Portugal ainda não viu (nº67)	01.03.2019	Interesse Geral	Barbara Reis	Notícia	Secundário
29- J	Imprensa	As vidas que as vacinas salvam: retrato da vacinação em Portugal desde 1950 (Nº68)	24.02.2019	Saúde	Ana Maia e Rita Costa	Notícia	Secundário
29- J	Online	As vidas que as vacinas salvam: retrato da vacinação em Portugal desde 1950 (Nº69)	23.02.2019	Saúde	Ana Maia e Rita Costa	Notícia	Secundário
30- J	Imprensa	Há um mapa que identifica 24 tipos de emoção nas nossas explosões vocais (Nº71)	11.02.2019	Psicologia	Ana Cunha Freitas	Notícia	Secundário
30- J	Online	Há um mapa que identifica 24 tipos de emoção nas nossas explosões vocais (Nº72)	11.02.2019	Psicologia	Ana Cunha Freitas	Notícia	Secundário
31- J	Imprensa	A psicanálise é a melhor terapia que podemos oferecer* (Nº73)	29.01.2019	Sociedade	Barbara Wong	Entrevista	Secundário
31- J	Online	A psicanálise é a melhor terapia que podemos oferecer* (Nº74)	29.01.2019	Sociedade	Barbara Wong	Entrevista	Secundário
32- J	Online	Ter a doença é preferível a tomar a vacina? (Nº76)	28.01.2019	Saúde	Mónica Cro Braz	Texto de Opinião	Secundário

ANEXO 2- LISTA DE PEÇAS DO JORNAL EXPRESSO

Código	Meio	Título	Data da Publicação	Âmbito	Autores	Gênero	Posição do tema
1-JE	Imprensa	Há 100 anos a recusar vacinas (n°5)	23.05.2020	Interesse Geral	Francisco Louçã	Texto de Opinião	Secundário
2-JE	Imprensa	Vacinas para uma ameaça invisível (n°16)	10.04.2020	Interesse Geral	Rui Cardoso	Reportagem	Secundário
3-JE	Imprensa	Erva Boa (n°18)	04.04.2020	Interesse Geral	Cristina Margato	Reportagem	Secundário
4-JE	Online	Nova tecnologia pode ajudar casos de epilepsia mais complicados (n°23)	16.02.2020	Interesse Geral	Agência Lusa	Noticia	Secundário
5-JE	Online	Miguel Castelo-Branco. "Os fármacos utilizados no autismo são muito insatisfatórios" (N°24)	11-02.2020	Interesse Geral	Helena Bento	Noticia	Principal
5-JE	Imprensa	Miguel Castelo-Branco. "Os fármacos utilizados no autismo são muito insatisfatórios" (N°25)	11.02.2020	Interesse Geral	Helena Bento	Noticia	Principal
6-JE	Imprensa	Greta Thunberg - O furacão (n°32)	11.01.2020	Lazer	João Diogo Correia	Noticia	secundário
7-JE	Imprensa	Melhorar a vida de pessoas com deficiência (n°36)	09.11.2019	Lazer	Não esta mencionado	Noticia	Secundário
8-JE	Online	O viés masculino da medicina (N°37)	24.10.2019	Interesse Geral	Henrique Raposo	Texto de Opinião	Secundário
9-JE	Online	Como se está a sentir? Vamos falar sobre o mental (n°39)	26.09.2019	Cultura	Helena Bento	Noticia	Secundário
10-JE	Online	Organização Mundial da Saúde alerta: o sarampo reapareceu em quatro países na Europa (N°42)	29.08.2019	Sociedade	Agencia Lusa	Noticia	Secundário
10-JE	Online	o sarampo reapareceu em quatro países na Europa (N°43)	29.08.2019	Internacional	Agencia Lusa	Noticia	Secundário
11-JE	Imprensa	Ir ao algoritmo (n°44)	24.08.2019	Interesse geral	Henrique Raposo	Crónica	Secundário
12-JE	Online	A eugenia nunca é progresso (N°45)	02.08.2019	Interesse Geral	Henrique Raposo	Texto de Opinião	Secundário
13-JE	Online	Sociedade de Endocrinologia pede à UE medidas para combater substâncias químicas(N°47)	26.06.2019	Sociedade	Agência Lusa	Noticia	Secundário
14-JE	Online	Qual a diferença entre lançar ou atirar a bola? Para o João, toda (N°49)	11.06.2019	Sociedade	Marta Gonçalves	Noticia	Principal
15-JE	Online	Autismo sinalizado mais cedo. Mas ainda é tarde (N° 51)	12.05.219	Saude	Chistiana Martins	Noticia	Principal
15-JE	Imprensa	Autismo sinalizado mais cedo. Mas ainda é tarde (N° 52)	11.05.2019	Saude	Chistiana Martins	Noticia	Principal
16-JE	Online	Casos de sarampo triplicaram nos primeiros três meses do ano. OMS fala em "crise" mundial (N°53)	16.04.2019	Internacional	Helder Gomes	Noticia	Secundário
17-JE	Online	Células do cordão umbilical são nova esperança no tratamento do espectro do autismo (N° 54)	15.04.2019	Sociedade	Isabel Paulo	Noticia	Principal
18-JE	Imprensa	"O leite faz mal à saúde" e mais 22 mitos que estão errados (N°57)	06.04.2019	Saude	Vera Lucia Arreigoso	Noticia	Secundário
19-JE	Imprensa	O que sabemos e não sabemos sobre o cérebro (N°59)	30.03.2019	Interresse Geral	Virgilio Azevedo	Noticia	Secundário
20-JE	Online	"Poderíamos prevenir doenças se durante a infância tivéssemos tempo com os nossos pais"(N° 60)	27.03.2019	Sociedade	Marta Gonçalves	Noticia	Principal
21-JE	Online	O mundo está a perder a luta contra o sarampo e, em parte, a culpa é do movimento "antivacinas" (N°70)	15.02.2019	Internacional	Helder Gomes	Noticia	Secundário

